



UNINCOR

CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO RIO VERDE

GREIDSON CAETANO DE AQUINO

**FATORES QUE DIFICULTAM A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS USUÁRIOS
DE CADEIRA DE RODAS, PELA ÓTICA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA**

**TRÊS CORAÇÕES – MG
2023**



GREIDSON CAETANO DE AQUINO

**FATORES QUE DIFICULTAM A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS USUÁRIOS
DE CADEIRA DE RODAS, PELA ÓTICA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado profissional) apresentado ao Centro Universitário Vale do Rio Verde (UninCor) como parte das exigências do programa de Mestrado/Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Formação de Professores e Ação Docente.

Orientadora: Dra. Terezinha Richartz

**TRÊS CORAÇÕES
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca do Centro Universitário Vale do Rio Verde – UNINCOR

Aquino, Greidson Caetano de

A657f Fatores que dificultam a inclusão escolar de alunos usuários de cadeira de rodas: uma ótica sob o olhar dos profissionais de educação física. / Greidson Caetano de Aquino. Três Corações, 2023.
89 f. : il. color.

Orientadora: Dra. Terezinha Richartz

Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Vale do Rio Verde – UNINCOR.
Mestrado profissional em Gestão, Planejamento e Ensino.

1. Inclusão escolar. 2. Educação física adaptada. 3. Professores - formação. I. Richartz, Terezinha. II. Centro Universitário Vale do Rio Verde – Unincor. III. Título.

CDU: 796

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR GREIDSON CAETANO DE AQUINO, COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE NO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO, PLANEJAMENTO E ENSINO.

Aos três dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, reuniram-se, remotamente, a Comissão Julgadora, constituída pelos professores doutores: Terezinha Richartz (UNINCOR), Zionel Santana (UNINCOR), e Magna Leite Carvalho Lima (Universidade do Vale do Sapucaí, UNIVÁS), para examinar o candidato Greidson Caetano de Aquino na defesa de sua dissertação intitulada: Fatores que dificultam a inclusão escolar de alunos usuários de cadeira de rodas, pela ótica dos profissionais de Educação Física. A Presidenteda Comissão, Profa. Dra. Terezinha Richartz, iniciou os trabalhos às 15:15 h, solicitando ao candidato que apresentasse, resumidamente, os principais pontos do seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores arguíram alternadamente o candidato sobre diversos aspectos da pesquisa e da dissertação. Após a arguição, que terminou às 17 h, a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho do candidato, tendo chegado ao seguinte resultado: Profa. Dra. Terezinha Richartz Santana (aprovado), Zionel Santana (aprovado) e Profa. Dra. Magna Leite Carvalho Lima (aprovado). Em vista deste resultado, o candidato Greidson Caetano de Aquino foi considerado aprovado, fazendo jus ao título de Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino.

Três Corações, 03 de abril de 2023.

Novo título (sugerido pela banca):

Fatores que dificultam a inclusão escolar de alunos usuários de cadeira de rodas, pela ótica dos educadores físicos da cidade de Ipatinga.

Obs: Algumas questões que deverão obrigatoriamente serem arrumadas na dissertação:

- Manter a coerência do verbo no objetivo do trabalho.
- Apontar o método de pesquisa.
- Recuperar às hipóteses nas análises.
- Na conclusão, retomar ao problema de pesquisa.

Prof. Dra. Terezinha Richartz

Prof. Dra. Magna Leite Carvalho Lima

Prof. Dr. Zionel Santana

Prof. Dra. Jocyare Cristina Pereira de Souza (Suplente interno)

Prof. Dr. Juliano de Oliveira Pena (Suplente externo)

CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO RIO VERDE - UNINCOR

Três Corações: Av. Castelo Branco, 82 - Chácara das Rosas | CEP: 37417-150 - TELEFONE: 35 3239.1000

Belo Horizonte: Av. Amazonas, 3.200 - Prado | CEP: 30411-186 - TELEFONE: 31 3064.6333

Caxambu: Rua Dr. Viotti, 134 - Centro | CEP: 37440-000 - TELEFONE: 35 3341.3288

Dedico este trabalho a todos que, de alguma forma, contribuíram para sua realização.

AGRADECIMENTOS

A DEUS pelo dom da vida e por me conceder Força, Sabedoria e Fé nos momentos de obstáculos e turbulências.

Aos meus pais e à minha Filha Valentina, pelo apoio e incentivo para vencer mais esta etapa.

Às minhas irmãs Greisiele e Glenda, pela confiança sempre a mim transmitida.

À orientadora Dra. Terezinha Richartz, pelos ensinamentos passados, pela amizade, compreensão e pela brilhante orientação. A quem, além de Professora e Orientadora, foi uma grande amiga e parceira.

Aos amigos pelo convívio de vários anos, pelas palavras carinhosas de incentivo e ajuda na correção deste trabalho. Uma turma diferenciada, em que cada um ficará guardado comigo para sempre: Pedro, Tânia, Bernal, Cristina, Ana Paula, Leila, Rosangela, Marcos, Fabiana, Rosília, Laercio, Daiana, Gisele, Maria Ângela, Alexsander, Rafael, Rosane e Fernanda.

Ao Centro Universitário Vale do Rio Verde (UninCor), pela excelente equipe de professores, corpo docente qualificado e diferenciado.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para o meu êxito profissional.

“As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.” (Boaventura de Souza Santos).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pique pega legal.....	55
Figura 2 – Siga o mestre.....	57
Figura 3 – Estafetas.....	59
Figura 4 – Queimada gigante.....	60
Figura 5 – Circuito motor.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária.....	39
Gráfico 2 – Gênero.....	40
Gráfico 3 – Formação profissional.....	40
Gráfico 4 – Tempo de docência.....	42
Gráfico 5 – Gosto pela docência.....	43
Gráfico 6 – Classificação da inclusão.....	43
Gráfico 7 – Fatores que dificultam a inclusão.....	44
Gráfico 8 – Participação dos alunos deficientes (cadeirantes)	46
Gráfico 9 – Ferramenta de inclusão dos alunos.....	47
Gráfico 10 – Preparação dos locais (escolas)	48
Gráfico 11 – Preparação dos profissionais.....	49
Gráfico 12 – Inclusão nos níveis de estudos.....	49
Gráfico 13 – preparação dos alunos.....	50
Gráfico 14 – Relevância na formação.....	64
Gráfico 15 – Clareza das atividades.....	65
Gráfico 16 – Clareza na explanação.....	65
Gráfico 17 – Material didático.....	66
Gráfico 18 – Organização do ambiente.....	67
Gráfico 19 – Atividades e a realidade.....	68
Gráfico 20 – Importância do canal.....	69
Gráfico 21 – Ampliação do canal.....	69
Gráfico 22 – Escola como espaço de igualdade.....	70
Gráfico 23 – Satisfação do canal.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Componente curricular: Educação Física. Tema: Pique Pega Legal.....	54
Quadro 2 – Componente curricular: Educação Física. Tema: Siga o Mestre.....	56
Quadro 3 - Componente curricular: Educação Física. Tema: Estafetas.....	58
Quadro 4 – Componente curricular: Educação Física. Tema: Queimada Gigante.....	60
Quadro 5 – Componente curricular: Educação Física. Tema: Circuito Motor.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PCD – Pessoa com Deficiência

BNCC – Base Nacional Curricular Comum

EFA – Educação Física Adaptada

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes Brasileiras

RESUMO

A presente pesquisa tem relevância social e Educacional pelo fato de centrar-se nas dificuldades encontradas pelos profissionais de Educação Física para incluir em suas aulas, alunos Cadeirante (usuários de cadeira de rodas); e, apesar de a legislação prever essa inclusão, sabe-se que esse direito ainda não acontece de forma eficaz. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo se cumpre em discutir os fatores que dificultam a inclusão escolar da pessoa com deficiência e usuária de cadeira de rodas, sob o olhar dos profissionais de Educação Física, no Município de Ipatinga-MG. Para tanto, trata-se de uma pesquisa de campo, com aplicação de questionário a fim de se obter a opinião dos profissionais sobre a discussão supramencionada, e em seguida, a elaboração de um Produto Técnico Tecnológico, que compreende um canal de atividades como ferramenta nessa inclusão; na sequência, houve a aplicação de um novo questionário para se sondar a avaliação do produto. Os dados apontam que os professores de Educação Física elencam vários aspectos que dificultam essa inclusão, como: formação deficitária, falta de estrutura física escolar para acessibilidade, materiais insuficientes, relação familiar em todos aspectos como escola, aluno, Família e Professor. Por fim, a pesquisa, faz refletir sobre a formação dos profissionais na Educação se está de forma adequada e de forma contínua, além da conscientização de cada indivíduo envolvido para que, através de novos métodos e posturas diárias, os fatores que dificultam a inclusão escolar sejam sanados e essa mesma inclusão preconizada na legislação passe de utopia para a realidade.

Palavras-chave: Educação Física Adaptada. Pessoa com Deficiência Professor de Educação Física.

ABSTRACT

This research has social and educational relevance because it focuses on the difficulties found by Physical Education professionals to include in their classes Wheelchair students (wheelchair users); and, although the legislation provides for this inclusion, it is known that this right does not yet take place effectively. In this sense, the general objective of the present study is to discuss the factors that hinder the school inclusion of people with disabilities and wheelchair users, from the perspective of Physical Education professionals, in the Municipality of Ipatinga-MG. To this end, it is a field survey, with the application of a questionnaire in order to obtain the opinion of professionals on the aforementioned discussion, and then the elaboration of a Technological Technical Product, which comprises an activity channel as a tool in that inclusion; next, there is the application of a new questionnaire to probe the evaluation of the product. The data indicate that Physical Education teachers list several aspects that hinder this inclusion, such as: inadequate training, lack of school physical structure for accessibility, insufficient materials, family relationships. Finally, the research, of great social nature, reflects on the difficulties of professional training, in addition to the awareness of each individual involved so that, through new methods and daily postures, the factors that hinder school inclusion are remedied and this same inclusion advocated in the legislation goes from utopia to reality.

Keywords: Adapted Physical Education. Person with Disability. Professionals

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	EDUCAÇÃO INCLUSIVA A PARTIR DA LEGISLAÇÃO.....	16
2.1	Educação Especial.....	18
3	EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA.....	21
3.1	Saberes e Práticas da Inclusão na Educação Física.....	24
3.1.1	Formação profissional X Formação acadêmica.....	28
3.2	Educação Física Adaptada para Alunos com Deficiência Física que Usam Cadeira de Rodas.....	33
4	MATERIAL E MÉTODOS.....	37
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	39
5.1	Resultado do Questionário 1.....	39
6	PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO.....	52
6.1	Roteiro do Produto: Sequência das Aulas.....	54
6.2	Resultado do Questionário 2.....	63
7	CONCLUSÃO.....	72
	REFERÊNCIAS.....	75
	APÊNDICE.....	82

1 INTRODUÇÃO

Inspirado em experiências norte-americanas e europeias, o desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil tem início no século XIX (MANTUAN, 2011), podendo ser dividido em três períodos: o primeiro, de 1854 a 1956, foi marcado por iniciativas de caráter privado; na sequência, o segundo, que compreende de 1957 a 1993, baseou-se em anos que foram definidos por ações oficiais de âmbito nacional; e por último, datado de 1993 até os dias atuais, caracterizando-se por movimentos que favorecem a inclusão escolar.

O Tema Inclusão Escolar, dentro da Educação Física, é antigo, mas no dia a dia pouco efetivo, por isso, muito atual, pois a cada dia nota-se a sua relevância na vida pessoal e profissional das pessoas atendidas nas aulas, especialmente quando se trata de alunos com deficiência. Com levantamento no banco de teses e dissertações da Capes, no Google Acadêmico e em livros físicos, percebe-se pouca consistência em estudos sobre o tema até a presente data, o que reporta à importância da investigação que trata de inclusão social e educacional, bem como a valorização profissional e, acima de tudo, por se tratar de uma ferramenta de transformação na vida das pessoas de um modo geral.

O acesso à Educação de qualidade é um direito de todos, amparado pela Constituição Federal de 1988, na Lei nº 7.853/89, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9394/96, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA Lei nº 8.068/90, do Estatuto da Pessoa com Deficiência e da Base Nacional Comum Curricular, e ainda assim, na atualidade, o número de pessoas atendidas com deficiência é baixo em relação à quantidade existente. Tudo endossado e amparado no que diz respeito à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEDPEI), já que discorre sobre a formação inicial, a continuada, a parte estrutural, a legislação e todos os direitos da Pessoa com Deficiência no âmbito escolar (BRASIL, 2008b).

Nesse contexto, o Currículo Referência, desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, destaca que a sociedade ainda valoriza a dimensão mental/cognitiva como sendo o único processo de aquisição e produção de conhecimento, mas este documento salienta que a educação física é imprescindível na formação do cidadão, pelo fato de desenvolver outras dimensões, como: motoras, corporais, emocionais e sociais (MINAS GERAIS, 2018).

Apesar de ser direito de todos, a Educação em todos os seus segmentos – como o da Educação Física –, Munster (2013) ressalta que “[...] muitos estudantes com deficiências

permanecem excluídos ou têm sua participação limitada nas aulas de Educação Física, embora seja esta, um componente curricular obrigatório em diferentes níveis do ensino básico”. Sendo que, essa inclusão é apresentada em termos teóricos há tempos, porém, a sua prática no dia a dia dificilmente ocorre conforme preconizado pela lei.

Endossado pela lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (PCD) para estabelecer que, independentemente da deficiência, a criança tem o direito de frequentar o ambiente escolar, e ainda que com amparo em todos os seguimentos, essa inclusão ocorre com bastante limitação.

Em consonância com o exposto, na escola, a educação física tem uma grande função de elo social, já que as crianças podem interagir normalmente, respeitando umas às outras, sem qualquer tipo de discriminação ou olhar diferente, e nesse ponto, o público adulto mostra dificuldade para mediar a participação de todos.

Nesse contexto, pergunta-se: quais os fatores identificados por profissionais de educação física, que interferem no processo de inclusão de pessoas com deficiência física usuárias de cadeira de rodas?

E para responder, levantaram-se as seguintes hipóteses: acredita-se que a falta de estrutura física seja um fator que dificulta a inclusão da pessoa com deficiência física, usuário de cadeira de rodas, nas aulas de Educação Física, percebendo-se, ainda, a falta de investimento pela gestão escolar, no que se refere a materiais adequados para inclusão, como um determinante no processo; e supõe-se que os professores de Educação Física não estejam preparados para trabalhar com esse público-alvo, em conjunto com os demais alunos.

Para tanto, o presente estudo tem como objetivo geral, discutir os fatores que dificultam a inclusão da pessoa usuária de cadeira de rodas nas aulas de Educação Física, pela óptica do corpo docente, que atua na rede pública municipal, constituída por 35 escolas no Município de Ipatinga - MG. Já os objetivos específicos buscam analisar os fatores – estrutura física, investimento em materiais e formação docente – na inclusão e na exclusão escolar do usuário de cadeira de rodas; criar um canal no *Youtube* com atividades práticas de Educação Física para usuários de cadeira de rodas, a fim de auxiliar na inclusão escolar dessas pessoas com deficiência; pesquisar com os professores de Educação Física a viabilidade do material produzido no canal do *Youtube*, que aborda a inclusão da pessoa com deficiência física, usuária de cadeira de rodas nas aulas de Educação Física.

A estrutura da dissertação se divide da seguinte forma: o segundo capítulo se compõe da Educação Inclusiva a partir da Legislação. O terceiro capítulo discorre sobre a importância

da Educação física adaptada. Na sequência, apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa, e a partir dos resultados obtidos, a apresentação do produto técnico tecnológico formado por um conjunto de videoaulas, com propostas para incluir aluno com Deficiência Física, disponíveis no canal do *Youtube*.

Ressalva-se, pois, que o presente estudo está vinculado à linha de pesquisa Formação de Professores e Ação Docente, do Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino do Centro Universitário Vale do Rio Verde (UninCor) – Três Corações, estando, também, associado ao projeto de pesquisa “Concepções de linguagem e cultura: análise de práticas discursivas na educação básica”, elaborado pela coordenada pela professora Dra. Terezinha Richartz.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA A PARTIR DA LEGISLAÇÃO

No ano de 1974, a mudança para a Educação Inclusiva começa a tomar corpo quando, ordenado e guiado pelo Departamento de Educação e Ciências do Reino Unido, cria-se o Comitê de Pesquisa sobre a Educação de Crianças e Jovens Deficientes. Posteriormente, o Warnock Report (UNESCO, 1998a) apresenta a terminologia que se estenderia a todos os alunos e não apenas àqueles com algum tipo de deficiência. Logo, no capítulo III da Constituição Federal brasileira – Da Educação, da Cultura e do Desporto, art. 240, lê-se: “A educação é direito de todos e dever do estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho[...]” (BRASIL, 1988, s. p.).

Nesse segmento, a inclusão escolar apresenta-se como um tema atual em constante debate no mundo, sendo a proposta impulsionada, principalmente, pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada pela UNESCO (1998b). O Evento trata como base os princípios, as políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais, resultando na Declaração de Salamanca, o que altera o paradigma da escola integrativa para escola inclusiva (RODRIGUES, 2003).

Dentre várias orientações para se efetivar a Educação Inclusiva, ressalta-se o comprometimento com a formação dos profissionais que atuam nas escolas, visto que indica a necessidade de “programas de treinamento de professores, tanto em trabalho, como durante a formação” (UNESCO, 1998b). Nesta Conferência, acorda-se que a educação é para todos independentemente de suas condições neuropsicológicas e físicas e que os governantes deveriam elaborar um sistema educacional que fosse capaz de educar a todos, com ou sem deficiência. Para isso, exige-se um currículo escolar adaptado e flexível, de acordo com a singularidade de cada realidade.

Em verdade, o ensino inclusivo proporciona às pessoas com deficiência, a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho e a para vida em comunidade, a fim de que os alunos aprendam como atuar e a interagir com seus pares no mundo “real” e, como uma via de mão dupla, seus professores, e também pares, aprendam o mesmo movimento. (STAINBACK et al., 1999 apud SALVADOR, 2015, s. p.).

Outrossim, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não é explícita em relação à inclusão, mas é possível inferir na competência 9, a importância do processo de inserção e acolhimento de pessoas:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p. 10).

Já a Competência 10 propõe tomar decisões com base em princípios inclusivos e solidários:

Responsabilidade e cidadania: Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, **inclusivos**, sustentáveis e **solidários** (BRASIL, 2018, p. 10, grifo nosso).

Embora a Base Nacional Comum Curricular não ofereça informações diretas sobre práticas pedagógicas de Educação Física para estudantes com deficiência, existe a viabilidade dos currículos municipais – já discutido no município onde ocorreu a pesquisa, mas nada concretizado até o presente, o que demonstra a lentidão dos órgãos públicos quanto à realização de projetos de inclusão, e assim, ajustarem-se às diferentes necessidades do contexto de suas regionalidades. No Brasil, no que se refere à legislação e documentos nacionais, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares – Estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1998), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001a) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a) apontam e sugerem possibilidades e caminhos para o avanço no atendimento de todos os estudantes, inclusive aqueles com deficiência, aspectos também referendados por Seabra Junior (2012).

Pensando na prática e na valorização da diversidade, a Educação Inclusiva significa, no que importa aqui, que todos os alunos com qualquer tipo de deficiência devem ser educados em escolas comuns, interagindo com alunos sem qualquer tipo de deficiência e para isso, todas as escolas devem estar preparadas não só para aceitar e reconhecer, mas para aproveitar e valorizar a diversidade derivada desse aprendizado da convivência e troca com as pessoas com deficiência.

2.1 Educação Especial

A literatura de educação especial, segundo Ferreira (1994), registra a história do atendimento à pessoa com necessidades educativas especiais no mundo ocidental a partir de meados do século XVI, quando a questão da diferença ou a fuga ao padrão considerado normal, transcende da órbita de influência da Igreja para se tornar objeto da medicina, porém, em se tratando da fase de segregação nas instituições, Bianchetti et al. (1998, p. 45) estabelecem que,

De todo modo, diversas vantagens se oferecem para o deficiente ao passar das mãos do inquisidor às mãos do médico. Passando pelas instituições residenciais no século XIX e as classes especiais no século XX. No século XIX, os médicos passaram a dedicar-se ao estudo desses seres diferentes – os deficientes, como eram chamados. (BIANCHETTI *et al.*, 1998, p. 45)

O atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais no Brasil tem início no final do século XIX, quando são criadas duas escolas especializadas de cunho residencial. Uma dessas instituições, denominada de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, é inaugurada em 1854 e, posteriormente, passa a ser chamada de Instituto Benjamim Constant. A outra, que recebe o nome de Imperial Instituto de Surdos-Mudos, fundada em 1857, hoje é denominada de Instituto Nacional de Surdos (MAZZOTA *apud* COSTA, 2017, p. 14). Nesse cenário, ressalta-se que as primeiras escolas para pessoas portadoras¹ de deficiência no Brasil surgem a partir da década de 1950, seguindo propostas de aspectos científicos da deficiência, acompanhadas pela concepção e atitude assistencialista presentes no período da Idade Média, desenvolvida assim, por instituições filantrópicas de atendimento aos alunos com deficiência (BRASIL, 2006).

Na década de 1970, “alunos excepcionais” começam a frequentar as aulas do ensino regular devido ao surgimento de propostas de integração, realizadas por avanços dos estudos nas áreas de pedagogia e psicologia.

Segundo Mantoan (2011), o poder público assume a educação especial no ano de 1957, com a criação das “Campanhas”, destinadas especificamente para atender a cada uma das deficiências. Nesse mesmo ano, institui-se a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB, seguida da instalação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES –, ainda em atividade na cidade do Rio de Janeiro/RJ; criando-se outras campanhas similares posteriormente, para atender as outras deficiências.

¹ Não mais se usa a terminologia constante neste período devido ao caráter pejorativo do termo “portadoras.”

Segundo Mazzotta (2003), a inclusão da “educação de deficientes”, da educação dos excepcionais ou da “educação física especial” na política educacional brasileira, vem a ocorrer somente no final dos anos 1950 e início da década de 1960, no século XX, em tempos bastante tardios.

Em verdade, a educação inclusiva objetiva recolocar no sistema de ensino as pessoas excluídas, como por exemplo, as com deficiência, com distúrbios e as excluídas por gênero, raça, cor ou outros motivos (RAZABONI JUNIOR; LEÃO JUNIOR; SANCHES, 2018).

Não menos importante do que os debates históricos acerca da educação, os direitos humanos assumem papel fundamental para a esta, pois garantem, por meio da Declaração Universal de Direitos Humanos, a educação a todas as pessoas, de forma gratuita e em plena igualdade (PISTINIZI, 2010, p. 68). A educação, direito social atualmente é estabelecida na Carta Magna, já que não adianta o Brasil apenas assinar a Declaração Universal dos Direitos Humanos se não incorporar na Legislação nacional. Assim, a partir da Constituição de 1988 o Brasil assume internamente o compromisso de garantir a todas as pessoas o acesso à educação. Por esse motivo, outras normas posteriores viabilizam a inclusão.

Segundo Sasaki (1997, p. 23), “a inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes Físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais”.²

Nessa perspectiva, a inclusão escolar não se resume apenas ao direito à matrícula, mas à permanência, à participação e à aprendizagem, e para que isso aconteça, é necessário garantir e promover a acessibilidade em suas diversas dimensões, como arquitetônica, a de comunicação, a metodológica, a instrumental, a programática, a atitudinal, dentre outras. (SASSAKI, 2005).

Ferreira (2006), relata que uma das grandes dificuldades na Inclusão é a falta de preparo por parte das escolas – incluindo aqui profissionais de educação e adequação física (acessibilidade). Nesse patamar, cabe à escola “buscar soluções para que a inclusão realmente ocorra, encontrando, então, soluções junto aos órgãos governamentais, condições que facilitem este processo, desde a estruturação física, até a estruturação e desenvolvimento curricular e pedagógico” (SANTOS *et al.*, 2019).

Isto posto, a inclusão social se refere à necessidade de modificação dos espaços e da sociedade, pois que, a educação inclusiva não se refere apenas às pessoas com deficiências, mas envolve todas com necessidades educacionais especiais (SASSAKI, 1997), e tratando-se do

²Hoje, o termo correto é Pessoa com Deficiência

âmbito escolar, a responsabilidade pela inclusão também envolve toda a comunidade escolar e a sociedade de maneira geral.

Nesse cenário, a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência defende o respeito pela diferença e coloca a pessoa com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade. (BRASIL, 2008b)

3 EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

A Educação física adaptada tem seus primeiros registros no Brasil em meados dos anos 1980, do século XX, e para pessoas com deficiência, procura através de um conjunto de atividades diversificadas desenvolvidas como jogos, esportes, ritmos vinculados aos interesses, às capacidades e às limitações dos alunos (CIDADE; FREITAS, 2009).

Para Ferreira (2009), no caso específico da Educação Física e a política de inclusão escolar, importam frisar para reflexão dois aspectos, que envolvem as pessoas com necessidades especiais: o primeiro diz respeito aos conhecimentos disponíveis no campo da Educação Física Adaptada e o segundo, ao entendimento histórico-social acerca da deficiência.

Como uma linha temporal, a Educação Física Adaptada nasce da Educação Física Escolar, já que

A Educação Física escolar abrange uma grande quantidade de conteúdos nos quais tem como objetivo o desenvolvimento tanto no sentido motor como psicomotor. É evidente a grande importância que ela tem na vida e no desenvolvimento do ser humano, desde sua infância até chegar à fase adulta. (MELO; FREITAS, 2009, s. p.).

Dessa forma, observa-se a Educação Física como uma grande ferramenta de inclusão na vida das pessoas, é com o passar do tempo, ganha várias facetas já como Educação Física Adaptada – EFA –, sendo um programa diversificado de atividades existentes e adaptadas aos estudantes com deficiências, para os que não podem participar de forma irrestrita, segura e bem-sucedida de outras atividades da educação física geral (AGAPITO et al, 2021).

A Educação Física Adaptada se torna, então, uma subárea da educação física escolar, compreendendo um programa diversificado de atividades para o desenvolvimento humano, tais como: jogos, esportes e ritmos adaptados aos interesses, às necessidades das pessoas com deficiência, o que faz a EFA ganhar visibilidade e importância. Seguindo esse viés, para Duarte e Werner(1995) é uma área que tem como objeto de estudo, a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características e respeitando as diferenças individuais.

Historicamente, a prática esportiva para pessoas com deficiência é realizada desde a Grécia antiga, quando o destino, à época, poderia ser o sacrifício, porém, as raízes do esporte para deficientes físicos poderiam ser traçadas através da história do basquetebol sobre rodas, a exemplo. As primeiras manifestações esportivas ocorrem efetivamente após a segunda guerra mundial na Inglaterra, na década de 1940. (FREITAS, 1997).

Já Gorgatti e Costa (2005). Ressaltam que, historicamente, a Educação Física Adaptada é adotada em 1950, sendo praticada por pessoas deficientes em programas denominados de “ginástica médica” na China, há três mil anos a.C. A partir daí, muitos destes programas foram desenvolvidos com diversas nomenclaturas, como: “Educação Física Corretiva, Ginástica Corretiva, Educação física Preventiva, Ortopédica, Reabilitativa e Terapêutica” (apud LOSS, 2011, s. p).

Não tem como se falar de Educação Física adaptada sem falar de acessibilidade e, por isso, a palavra “acessível” pode significar tudo que está ao alcance de fácil acesso, que pode ser alcançado ou explorado. Na área da “deficiência”, este termo era limitado ao ambiente e eliminação de barreiras arquitetônicas (VALE, 2009). E é então, com o propósito de proporcionar a maior acessibilidade ao desenvolvimento psicomotor ao lazer, dentre outros direitos reservados a todas as pessoas com deficiência, que a educação física adaptada, a partir de esportes adaptados, como o basquete em cadeira de rodas, tenta proporcionar o acesso de pessoas com algum tipo de deficiência, aquilo que propõe os direitos básicos de um cidadão (WINNICK, 2004).

A acessibilidade quer suprimir a falta. A falta é possível repor. Na falta de um braço, é possível implantar um braço mecânico; na falta de pernas, existem pernas mecânicas ou cadeira de rodas que ajudam o deficiente nos deslocamentos. Mas esses paliativos não tiram do sujeito a condição de deficiente. (RICHARTZ, 2017, p. 116).

Reforçando ainda a ideia de Munster (2013, p. 28), que enfatiza sobre a exclusão ou participação limitada nas aulas de Educação Física, Chicon (2013, p. 18) dispõe que:

[...] o quadro de exclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs) das aulas de Educação Física se Mantinha em algumas escolas, e em outras, essas crianças participavam pouco. Percebemos, também, que o professor pouco fazia para mediar a situação e que as atividades como queimada e futebol eram a tônica da aula. (CHICON, 2013, p. 18)

E segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a maioria dos cursos de graduação já oferecem a disciplina Educação Física Adaptada em seus currículos (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004). Porém, são os primeiros investimentos e ainda não são suficientes para atingirem a um objetivo maior.

Dessa forma, a Educação Física Adaptada/Inclusiva à pessoa com deficiência, possibilita ao aluno trabalhar sua potencialidade, capacidade e desenvolvimento geral. Nessa perspectiva, Seabra Junior (2012) argumenta que, quando se pensa na Educação Física Adaptada diante da inclusão educacional e da Educação Física Escolar, considera-se que,

embora cada um desses modelos de atendimento e áreas tenham seus conceitos e concepções, tenham uma determinada abordagem e intencionalidade, também possuem aspectos convergentes e comuns que seguem na direção de propor atividades e conteúdos significativos capazes de propiciar a participação efetiva de todos nas aulas e que, por sua vez, não coloquem em risco a integridade física, psíquica e social de seus participantes.

É com esse entendimento que se acredita que a Educação Física Adaptada na sua interface com a Educação Física Escolar, ao se referir à inclusão educacional, deve refletir e adotar um novo olhar sobre o indivíduo, ou seja, não abordar apenas a parte do corpo ou a dimensão que apresenta diferença, defasagem ou deficiência, mas levar em conta sobretudo, que aquela parte ou dimensão pertence a um todo, que é o próprio corpo, o indivíduo, a pessoa (SEABRA JUNIOR, 2012, p. 119).

No mais, no decorrer da história da disciplina Educação Física, observa-se que na grade curricular das escolas, os alunos que estão fora dos padrões de corpo, de gênero, de habilidade, dentre outros, sempre são excluídos. E utilizando assim como justificativa para proibir a matrícula das pessoas com deficiência; a Portaria Ministerial de 13/02/1938 estabelece “[...] a proibição da matrícula em estabelecimento de ensino secundário, de alunos cujo estado patológico os impeça permanente das aulas de Educação Física”. Além disso, os alunos sempre foram dispensados dessas aulas, tendo em vista o Decreto nº 69.450 (vigente de 1971 a 1996). (SANTOS *et al.*, 2019, p. 98).

Esses vínculos são determinantes, “tanto no que diz respeito à concepção da disciplina e suas finalidades, quanto ao seu campo de atuação e à forma de ser ensinada” (BRASIL, 1997, p. 05). Mas, como essa concepção excludente faz parte do passado, novas formas de trabalhar com os alunos nas aulas de educação física se tornam necessárias.

A Educação Física não se difere em conteúdo para os alunos com deficiência, “[...] mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicadas ao indivíduo deficiente. E um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos” (BUENO; RESA, 1995 *apud* CIDADE; FREITAS, 2002, p. 02). As aulas devem propiciar espaço para desenvolver o que preconiza a BNCC, sendo construída uma nova atitude em relação as Pessoas Com Deficiência - PCD, com que a aquisição de atitudes de solidariedade, respeito mútuo e aceitação, excluindo, então, quaisquer tipos de preconceito.

Neste sentido, entende-se que para promover a participação dos alunos com deficiência nas aulas, o professor de Educação Física precisa realizar adaptações constantes, seja no

ambiente, no planejamento ou na forma de organização das atividades, considerando as capacidades e potencialidades de cada aluno. (SANTOS *et al.*, 2019). E seguindo nesse raciocínio, vários conteúdos e atividades só se tornam acessíveis ao aluno com deficiência por meio de adaptações curriculares e metodológicas, alcançadas na didática profissional.

3.1 Saberes e práticas da inclusão na Educação Física

Há muito se fala em inclusão. Existem leis e diversos documentos que a amparam e até mesmo um clamor por parte da sociedade, mas essa inclusão se não for realizada de forma correta, pode se transformar em exclusão e evasão escolar, acarretando traumas na vida escolar e pessoal do aluno. Esses fatos devem ser observados para que os melhores caminhos e práticas sejam traçados.

Para Strapasson e Caniel (2007), a inclusão abraça questões relativas a características e potenciais de pessoas com deficiência, a procedimentos e estratégias de ensino efetivas e exequíveis, à construção de currículos significativos (incluindo a profissionalização e estratégias para sobrevivência autônoma), a tipos e modalidades de serviços apropriados e como torná-los acessíveis, a formas de envolvimento da comunidade, à organização escolar, às políticas públicas e à distribuição de recursos, entre outras.

E nesse raciocínio, a Educação Física deve propiciar o desenvolvimento global de seus alunos, ajudar para que consigam atingir a adaptação e o equilíbrio que requerem suas limitações e ou deficiência; identificar as necessidades e as capacidades de cada educando quanto às suas possibilidades de ação e adaptações para o movimento; facilitar sua independência e autonomia, bem como facilitar o processo de inclusão e aceitação em seu grupo social, quando necessário (STRAPASSON, CANIEL, 2007).

A inclusão, de um modo geral, sofre diversos conflitos, visto que, desde a esfera governamental até a pessoal, chamando a atenção para o que diz respeito às dificuldades enfrentadas por profissionais da Educação Física, apresentando, assim, a seguinte questão: “Como deve ser iniciado a intervenção em um contexto integrado?” (GIMENEZ; 2006 apud MELO; FREITAS, 2009, s. p.)

A inclusão do aluno com deficiência nas aulas de educação Física é consequência da ocorrência de forma íntima e relacionada dos três fatores principais descritos: adaptação, participação social e demonstração de capacidade. Estes agem de forma conjunta para a construção de um senso de pertencimento, importância e valor dentro do grupo, essencial para a percepção de inclusão. As atividades propostas nas aulas de educação Física devem ser preparadas de forma a permitir que o aluno com deficiência participe ativamente e interaja com seus pares. A participação nas atividades e consequentemente a interação social aparecem como pontos primordiais para a inclusão, visto que irão proporcionar ao aluno com deficiência oportunidades para demonstração de suas habilidades e capacidades, desempenho de papéis e funções importantes dentro do grupo em busca de um objetivo comum, bem como sentir-se aceito pelo grupo. (ALVES; DUARTE, 2014, p. 336).

Ao tomar consciência sobre a relevância da Educação Física no processo de inclusão, é significativo que os profissionais defendam os princípios que já são legitimados nessa área para benefícios propostos, bem como reivindica práticas politizadas no contexto escolar, no qual a participação de todos deve ser garantida (ALBUQUERQUE; DEL-MASSO; FUJIHARA, 2020), a fim de se alcançar o objetivo da aprendizagem significativa, da interação e desenvolvimento humanos.

Por um lado, reconhece-se que a responsabilidade de se criar condições favoráveis para essa inclusão não é competência exclusiva do professor (ALVES; DUARTE, 2014); para que o professor esteja ciente de que incluir nas aulas de Educação Física não seja simplesmente adaptar à disciplina, mas seja adotar uma perspectiva educacional que valorize a diversidade e seja comprometida com a construção de uma sociedade inclusiva (CHICON, 2005). Todavia, para que esse processo tenha êxito, todo o trabalho deve ser em conjunto da sociedade, como uma engrenagem, enfatizando também, a importância da mediação do professor de Educação Física em um ambiente favorável à participação desses alunos, com vistas a superar e ressignificar as concepções e valores baseados na seleção de corpos fortes e habilidosos, aspectos que são provenientes de resquícios históricos da constituição dessa disciplina (SANTOS *et al.*, 2019).

Segundo Fiorini e Manzini (2014), existem vários fatores que dificultam a inclusão da pessoa com deficiência às aulas de Educação Física, como por exemplo, a formação dos professores, a questão administrativo-escolar, o aluno, a família, o recurso pedagógico, a estratégia de ensino. Contudo, apesar de os profissionais estarem dispostos a acolher os alunos com deficiência, essas dificuldades encontradas e citadas também acontecem no cotidiano de vários profissionais da Educação.

Em relação à formação de professores, Fiorini e Manzini destacam “a formação acadêmica “frágil” em virtude da falta de contato com pessoas com deficiência; o não

oferecimento da disciplina Educação Física Adaptada e o debate sobre inclusão em uma única disciplina” (2014, p. 388).

Como se exige muito mais do professor hoje uma série de competências que não necessariamente são trabalhadas na escola, segundo Imbernón (2015, p. 79), o professor deve ter:

Capacidade de processamento da informação, capacidade de gerar conhecimento pedagógico nas escolas, capacidade de fazer pesquisa-ação, análise e reflexão crítica sobre o que se faz, capacidades reflexivas para interpretar, compreender e refletir sobre o ensino e a realidade social de forma comunitária, trabalhar com seus iguais e com comunidade, realizar orientação e **diagnóstico de problemas de aprendizagem diante da diversidade dos alunos, tomar decisões racionais sobre o que se deve ensinar, criar avaliações de processos e reformulações de projetos de trabalho**, sociais e educativos, dentre muitas outras capacidades que antes não eram necessárias na profissão docente e eu, hoje em dia, tornam-se imprescindíveis (IMBERNÓN, 2015, p. 79, grifo nosso).

Por isso, a necessidade da formação continuada para promover a formação permanente e atualizações, a fim de receber demandas que a escola apresenta na atualidade.

Contudo, segundo Fiorini e Manzini (2014), outros aspectos que interferem na inclusão são as dificuldades de alguns docentes em aceitarem mudanças, modificarem a conduta, assim como, o falta de interesse de estudar e dialogar com outros professores acerca de novas possibilidades e novas ideias.

Em relação à questão administrativo-escolar, pode-se elencar: a falta de apoio da direção quanto ao número total de alunos por turma; o número pequeno de aulas de Educação Física; a falta de horário mesmo dentro da jornada de trabalho, a elaboração de aulas adequadas à inclusão; a ausência de um assistente. (FIORINI; MANZINI, 2014).

Quanto ao espaço físico, a dificuldade ocorre em relação à inadequação e má conservação dos locais, além da acessibilidade das quadras ou outros espaços, a falta de materiais adequados ou específicos para cada tipo de deficiência. (FIORINI; MANZINI, 2014).

Ainda nesse contexto, importa explicar sobre os alunos com e sem deficiência, que podem apresentar atitudes e características que dificultam a inclusão. As dificuldades que aparecem com o aluno com deficiência são: sentimento de inferioridade, faltava constantemente das aulas, desinteresse em participar, a dificuldade para entender e executar as atividades (CRUZ, 2008 apud FIORINI; MANZINI, 2014). Já o comportamento dos alunos sem deficiência, dificultam a inclusão quando excluem o aluno com deficiência, que atrapalha o jogo, por exemplo, o que os tornam, também, resistentes em participar de atividades para incluir o aluno com deficiência (FALKENBACH; LOPES, 2010 apud FIORINI; MANZINI, 2014).

Mesmo com as dificuldades apresentadas, acredita-se que é possível criar uma política inclusiva e fazer a diferença na vida desses alunos, pela importância que a atividade física tem no desenvolvimento do discente.

E para que as aulas de Educação Física se efetivem “tornam-se indispensáveis melhores condições de trabalho”, já que espaços físicos inadequados, não adaptados ou com acessibilidade precária para as aulas práticas se constituem em dificuldades relevantes (FIORINI; MANZINI, 2014). As observações dos autores vêm de encontro à falta de estrutura para esses docentes, cenário esse que não condiz com o que é amparado por lei.

Os professores sofrem constantemente com a falta de material e de recursos pedagógicos para realizar atividades, das mais simples às mais complexas (CRUZ, 2005; FIORINI; MANZINI, 2014). Sendo, então, os recursos tradicionais insuficientes, em pouca quantidade e não funcionais; dependendo da deficiência, a escola não disponibiliza espaço para deixar montado um determinado recurso que possui importante atendimento ao público beneficiário, considerando-se que o ser humano é dotado de várias particularidades, e essa diversidade no material e no trabalho é uma ferramenta muito significativa.

Desse modo, o êxito não ocorre no trabalho de inclusão, se não existir um projeto amplo capaz de englobar o diagnóstico para todas as intervenções durante o processo de avaliação, o que envolve profissionais determinados, que priorizam a qualificação continuada e tenham o apoio da instituição de ensino para o seu aperfeiçoamento, além de locais adequados e acessíveis, conforme a determinação da legislação e de materiais ideais a cada deficiência, evidenciando assim, que cada indivíduo possui as suas particularidades. Não se pode esquecer ainda, dos gestores educacionais conscientes quanto ao destino correto de verbas obtidas para a Educação pois tem um repasse certo todo mês via Fundo Nacional de Educação Básica - FUNDEB, o que acarreta, portanto, em ter maior organização e planejamento para a execução de todo um trabalho direcionado.

Para Cardoso, Palma e Zanella (2010), o mais importante para iniciar na prática de atividade ou esporte adaptados e continuar engajado é a motivação individual, visto que, cada pessoa tem a sua percepção do meio em que vive e varia de acordo com sua personalidade, o que também provoca reações diferentes em relação a uma mesma situação. Logo, a motivação é um fator de grande relevância e que influencia com muita autonomia todos os tipos de comportamento, devendo ser a Motivação a mesma, de iniciativa do próprio indivíduo com deficiência. Assim, o maior Saber de todos é o que mantém o ser motivado, independentemente de meios tecnológicos ou afins.

À vista disso, o homem só irá desenvolver-se a partir do momento em que lhe derem oportunidades de vivências, tanto em meios físicos, intelectuais e morais. O acesso à educação física deve ser assegurado e de direitos garantidos a todos (MELO; FREITAS, 2009); consequentemente, evidenciando que todo ser humano precisa de oportunidades iguais para mostrar sua capacidade, que são capazes.

Não se pode, portanto, aceitar hoje, com o advento das pesquisas na área de atividade física e saúde, a exclusão da prática regular de exercícios por apresentar alguma deficiência (GORGATTI; COSTA, 2005).

3.1.1 Formação profissional versus* Formação acadêmica

A vida é um eterno aprendizado para todos, inclusive para as pessoas com deficiência – PCD –, e ainda que existam muitas frentes de luta, muitos movimentos para reivindicações, em se tratando de educação e sua ambiência, ainda se tem muito a caminhar em direção às conquistas de direitos. No que tange a legislação para esse público alvo - a LDB 9394/96, em seu Art. 62, §1, dispõe que:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996, s. p.).

1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009). (BRASIL, 1996, s. p.).

Historicamente, a preocupação com a formação do profissional na intervenção da Educação Física Adaptada no Brasil surge em meados dos anos de 1980, baseada nos estudos dos relatórios do Ano Internacional da Pessoa Deficiente, em 1981 e com o resultado deste diagnóstico são estruturados nos cursos de formação em Educação Física, a disciplina de Educação Física Adaptada do Ensino Superior. (GORGATTI; COSTA, 2005).

E nesse viés, Arcaro e Lucion (2021) elencam sentimentos como impotência, angústia, insegurança e desamparo quando o docente não se sente preparado para lidar com o deficiente.

Já Oliveira et al (2020) indicam que, quando a instituição de ensino superior oferece ao licenciado em Educação Física, experiências formativas variadas para a inclusão escolar, oferecendo participação em projetos de extensão, além de pesquisas, visitas a instituições,

estudos sobre o deficiente e sobre a legislação, há uma probabilidade maior desses graduandos se sentirem preparados para o exercício da profissão com alunos deficientes.

Loss (2011), por sua vez, considera importante o trabalho nas dimensões conceituais para se abordar as problematizações dos conceitos das deficiências, suas incapacidades e necessidades em relação à dimensão procedimental, que inclui a análise dos programas, procedimentos pedagógicos e avaliação das intervenções; enfatizando, assim, que todo ser é único e com isso deve se fazer um trabalho de respeito, focando nos potenciais e no que pode surpreender e acontecer, pois qualquer tipo de obstáculos pessoal e profissional seria por eles superado.

De acordo com o Parecer CNE/CP nº 9/2001 Brasil (2001):

As questões a serem enfrentadas na formação são históricas. No caso dos cursos de licenciatura, em seus moldes tradicionais, a ênfase está contida na formação dos conteúdos da área, na qual o bacharelado surge como opção natural [...], sendo como a atuação como “licenciados” é vista [...] como “inferior”, [...] muito mais como atividade “vocacional”, ou que permitiria grande dose de improviso. (BRASII, 2001, s. p.).

Carmo (2001) observa que professores de educação física de escolas inclusivas preferem fazer arranjos, adaptações e improvisos em conhecimentos já existentes do que buscarem novas informações, atividades motoras e, principalmente, formas específicas de abordagem para com alunos com deficiência.

Com o propósito de pormenorizar a formação inicial e continuada dos profissionais com ênfase na Educação Física Inclusiva, em centros de ensino e, sobretudo, investigar e compreender as dificuldades e soluções das práticas pedagógicas direcionadas a estudantes com deficiência, cabe ressaltar as importantes fases que marcam um movimento mundial realizado por pessoas que buscam seus direitos na sociedade. Em verdade,

As fases principais desse período são a Fase de Exclusão, onde a maioria da população era marginalizada, excluída ou segregada do sistema educacional regular de ensino; a Fase da Integração é a fase onde os alunos de classes populares tiveram acesso ao ensino regular; embora muitos ficassem permanecendo vários anos nas mesmas séries, evadindo-se logo depois das escolas. Entre esses estavam muitos alunos com necessidades educativas especiais, que encontram barreiras educativas significativas ao lhes ser exigida a adaptação às condições da escola. Houve também a Fase da Inclusão, em que se proclama a necessidade de adaptar as escolas à diversidade humana, tornando-as mais abertas para atuar com a heterogeneidade do alunado. (BARBOSA, 2006 *apud* COSTA, 2017, p. 12)

O Ideal durante a graduação seria que os professores, além do conhecimento teórico, também tivessem contato com uma parte prática, que os permitissem realizar capacitação no sentido de se obter noção do que será seu trabalho após a conclusão do curso. Entretanto, Gallardo (2005) destaca que os professores percebem uma teoria que não se transforma em prática, ou as questões teóricas durante a graduação não se relacionam com a prática escolar. Enfatizando essa diretriz, muitas realidades no contexto escolar da Educação Física não são exploradas na graduação e só vem à tona quando o profissional já está no mercado e precisa lidar com as situações desafiadoras, especialmente em sala de aula. Na mesma linha de pensamento com mais ênfase, Fiorini e Manzini (2016) acentuam 3 fatores primordiais para o trabalho sobre a formação inicial: 1) O perfil e experiência prévia de cada professor; 2) O tipo de deficiência ou transtorno e conhecimento sobre eles; 3) A empatia entre professor e aluno e aluno e aula de Educação Física, considerando o contexto mais favorável quando o professor olha para os deficientes e aplica dinâmicas com olhar de possibilidades e capacidades, ao invés de limitações.

Assim como retrata Seabra Junior (2012a), percebe-se que quando a formação é dirigida ao atendimento da pessoa com deficiência – educação física adaptada ou atividade motora adaptada –, o embasamento acadêmico não estabelece diálogo efetivo com a educação física escolar. Com isso, o mesmo autor também vem de encontro com Cruz (2005), o qual estabelece que o currículo na graduação impõe um grande desafio no sentido de favorecer formação que abarque não só os conhecimentos acumulados com o esporte adaptado, mas conhecimentos a partir destes para a atuação pedagógica frente às questões da diversidade humana, numa perspectiva inclusiva, sobretudo no campo da Educação Física Escolar. E amparada pela lei, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEDPEI), visa e elenca os direitos de profissionais a uma formação continuada, ofertada pelas entidades e pelo poder público para a capacitação no trabalho a fim de atingir o direito na Educação Inclusiva.

Segundo Cidade e Freitas (2009), é importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno, como: tipo de deficiência, idade em que apareceu essa deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, além das funções e/ou estruturas prejudicadas. Com base nisso, o professor é capaz de adequar a metodologia a ser adotada de acordo com a especificidade de cada aluno deficiente, permitindo, assim, que o aluno realize as mesmas atividades que os demais, porém, com algumas adaptações, e ao mesmo tempo, sinta-se incluído em todas as aulas. Dessa forma, pode-se dizer que não há uma

receita de bolo, pois cada um possui a sua individualidade biológica e respondem a diferentes tipos de estímulo.

Perrenoud (1999) enfatiza a significativa importância da capacitação mediante a prática reflexiva no processo de formação do professor, pois deve-se buscar o aprendizado contínuo para lidar com as dificuldades apresentadas no dia a dia, pois

a respeito da utilização dos materiais nas aulas de Educação Física, muitas vezes o problema não é a falta de material, mas sim, a falta de criatividade do professor que, preso ao paradigma teórico dos livros e algumas vezes a ex-professores, não consegue propor exercícios diferentes daquilo que lê, daquilo que viu, utilizando de forma restrita o material, sem se aperceber de suas reais potencialidades. (FREIRE, 1987 *apud* PIRES, 2020, p. 86)

E dessa forma, os mesmos autores compactuam com Albuquerque, Del-Masso e Fujihara (2020), ao compreenderem a formação como um dos principais instrumentos para a conquista de uma educação de qualidade, equitativa e representativa, valores essenciais à inclusão; tendo o profissional de educação física, a responsabilidade de ser um estudioso da ação corporal (FREIRE, 1992), e utilizar os mais variados e criativos instrumentos, cabendo a ele apenas encontrar a melhor forma de ministrar suas aulas (SOUZA, 2007).

Complementando o posicionamento de Imbernón (2000), Albuquerque (2014) relata que o educador deve ser um profissional que participa ativa e criticamente do processo de inovação e mudança, em seu próprio contexto, sendo dinâmico, flexivo e reflexivo; ou seja, que participe do processo não somente como interlocutor, mas sujeito que saiba ouvir e interferir – características essas, imprescindíveis e exigidas ao docente transformador e atuante do processo inclusivo. E ainda de acordo com Albuquerque (2014), não se pode perder de vista a articulação entre a formação e a profissionalização docente, à medida em que uma política de formação implica ações efetivas, no sentido de se garantir a qualidade do ensino, as condições de trabalho e contribuir para a qualificação dos professores.

De acordo com Albuquerque, Del-Masso e Fujihara (2020), a formação pode ser compreendida como um dos principais instrumentos para a conquista de uma educação de qualidade, equidade e representatividade, valores esses, essenciais à inclusão. E nesse contexto, para Perrenoud (2002), a reflexão na ação trata, sobretudo, de tomada de decisão, e o professor deve estar preparado para agir de uma forma ou de outra. Assim,

[...] refletir durante a ação consiste em se perguntar o que está acontecendo ou o que vai acontecer, o que podemos fazer, o que devemos fazer, qual é a melhor tática, que desvios e precauções temos de tomar, que riscos corremos (PERRENOUD, 2002, p. 30).

Pensando no crescimento profissional, não se pode confundir integração com inclusão, visto que,

o termo integração quer dizer inserir um aluno ou um grupo de alunos que já foram excluídos anteriormente, já inclusão é não deixar ninguém de fora do ensino regular desde os primeiros anos da vida escolar. Mantoan, (2006), nos diz que: 'as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades'. (*apud* SALVADOR, 2015, s. p.).

Endossando a fala de inclusão e exclusão, Dutra, Silva e Rocha, (2006) estabelecem que o professor que trabalha com a inclusão deve preparar-se para enfrentar dificuldades que encontrará ao tentar oferecer uma educação adequada aos alunos com e sem deficiência, a fim de gerar um espaço democrático e ter sucesso em suas metas inclusivas. Essas dificuldades podem vir do beneficiário, dos outros colegas de sala, das famílias ou até mesmo da direção ou de falta de estrutura de um modo geral.

Adaptar a Educação Física às possibilidades de cada aluno é proporcionar a inclusão. Todo o programa deve desafiar os alunos e permitir sua participação respeitando os limites individuais e impulsionando a independência (DUTRA ; SILVA; ROCHA, 2006).

No quesito formação, Freire (1987) diz que, a respeito da utilização dos materiais nas aulas de Educação Física, muitas vezes o problema não é a falta de material, mas de criatividade do professor que, preso ao paradigma teórico dos livros e algumas vezes a ex-professores, não consegue propor exercícios diferentes daquilo que lê e viu, utilizando de forma restrita o material, sem se aperceber de suas reais potencialidades; ou seja, vai muito da formação e busca de melhoria dos profissionais envolvidos.

Contrapondo para uns ou aplaudindo para outros, a fala de Winnick (2004) relata que o professor, nas práticas culturais, pode oportunizar adaptações em sete aspectos fundamentais: 1) no currículo; 2) no ambiente de aula; 3) na tarefa; 4) nas estratégias de ensino; 5) nos recursos pedagógicos; 6) na avaliação e 7) na comunicação.

Para alcance e sucesso do objetivo de uma educação física inclusiva plena é preciso de fato o investimento no maior operador desse processo inclusivo: o professor; e conseqüentemente, em uma ordem natural de desenvolvimento dos aspectos conceituais e procedimentais da práxis pedagógica. Nessa perspectiva, é fundamental se pensar a formação continuada desses profissionais que irão atuar com inúmeras questões e problemáticas já bem identificadas nesta investigação, pois apesar de se tratar de uma engrenagem, o profissional será um diferencial e deverá mostrar o interesse em mudar, melhorar, superar os obstáculos e acima de tudo, fazer com que a Educação Física seja uma grande ferramenta de inclusão e mudança

na vida as pessoas com deficiência de forma positiva a valorizar o ser humano, respeitar os direitos e mostrar que são seres humanos e possuem deveres como qualquer outra pessoa na sala, escola ou na vida como um todo. É um processo em que todos os envolvidos saem ganhando de alguma forma.

3.2 Educação Física adaptada para alunos com deficiência física que usam cadeira de rodas

Na Educação Física Adaptada – EFA, é um aprendizado constante vindo dos beneficiários através dos professores; como uma via de mão dupla com troca de experiências diversas. Cada aula, cada momento, cada história são únicos e assim Freire (1996, p.23) diz que

não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. (FREIRE, 1996, p.23)

A luta das pessoas usuárias de cadeira de rodas é antiga e sofrem por não terem um espaço adequado de mobilidade. Existem registros da pré-história que configuram deficientes físicos, com impressões que revelam membros amputados e há séculos, essa parcela da população passa por discriminações, o que gera a morte de várias pessoas com alguma incapacidade física no decorrer do tempo.

Com o passar dos anos, a evolução do homem como ser social e a luta de grandes figuras com alguma deficiência prevalecem e, infelizmente, ainda hoje pouco é conhecido e respeitado pensando na inclusão e nos deficientes (SILVA, 1986 apud CARDIA; PEREIRA; CUMAN, 2015).

A deficiência física abrange uma variedade de condições reais que afeta o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou de fala em decorrência de lesões neurológicas, musculares e ortopédicas, ou de má formação congênita ou adquirida. Nesse cenário, a cadeira de rodas assume papel fundamental na qualidade de vida do deficiente físico amputado, vitimado de poliomielite, paraplegia, espinha Bífida, entre outros, sendo nela que o indivíduo passa diversas horas do seu dia (BRASIL, 2004). Logo,

a cadeira de rodas é vista como a extensão do corpo do indivíduo, pois ela se molda, acoplando-se ao corpo. Com essa generalização, o indivíduo que utiliza cadeira de rodas se identifica com outro cadeirante formando um grupo pela semelhança adquirida através do uso do aparelho, passando a conviver e compartilhando experiências. Salienta ainda, que a cadeira de rodas demonstra o limite e também aumenta as possibilidades do corpo potencializando-o, portanto a mesma torna-se um corpo quando atrelada ao indivíduo não tendo assim distinção entre eles. (CORREIA et al., 2013 *apud* SOUSA; FARIA, 2015, s. p.)

Assim, uma das formas de potencialização do corpo da pessoa com deficiência é a cadeira de rodas, que para o deficiente acaba sendo uma espécie de prótese/prolongamento de seus membros inferiores. (CORREIA et al, 2013).

A tecnologia cadeira de rodas, enquanto prótese; implica uma dupla transformação na imagem corporal do sujeito: a) o aparelho como prolongamento de suas partes anatômicas e funções, ou seja, a cadeira de rodas como parte de seu corpo; b) a prótese oferece uma forma ao seu corpo que a ela se molda, no caso da cadeira de rodas, a posição sentada. (CORREIA *et al*, 2013, s. p.).

A fusão entre cadeira rodas e o corpo deficiente faz surgir um olhar diferente e de estranhamento do outro, em relação ao cadeirante, isso porque:

[...] principalmente a partir da utilização de uma prótese [cadeira de rodas] que incorpora padrões estéticos distantes de uma plástica que tangencia a normalidade, [pelo fato da mesma ser] uma prótese que não se disfarça. Seu hibridismo, pungente e necessário, constrói uma visibilidade que é encarada como símbolo de monstruosidade e assume uma representação negativamente valorizada e significada, hegemonicamente, como a própria deficiência [...] (NOVAES, 2006 *apud* CORREIA et al, 2013, p. 2).

Esse olhar de estranhamento pode não apenas vir do outro, mas do próprio corpo deficiente em relação à cadeira de rodas. Compreende-se esse pensamento pelo fato de que a cadeira de rodas implica, segundo Correia et al (2013), em uma desterritorialização em relação às pernas, no entanto, é ela que se torna o meio para a organização do corpo que estava desterritorializado, sendo uma nova forma ou grande possibilidade na vida.

Partindo da mesma tônica, se o ser existe via corpo, se a condição humana é corporal, subtrair ou atrelar alguma “coisa” a este corpo é, de alguma forma, fazer com que esta “coisa” se torne corpo – *in corpore* (LE BRETON, 2011). A prótese que prolonga – e que também passa a constituir esse próprio corpo – também dá forma ao corpo e ao ambiente correlativo. Neste sentido, a cadeira de rodas torna-se o próprio corpo do deficiente, na medida em que é através dela que o cadeirante estabelece sua relação com o mundo, com o outro e consigo mesmo. Assim sendo, a aceitação começa do próprio beneficiários, passando pela família, para então, o resto do mundo.

Alguns estudos demonstram que as barreiras físicas podem se configurar como agentes da exclusão social dos cadeirantes à proporção em que impedem o comparecimento desses sujeitos, aos lugares ou eventos (SILVA, FARAH, 2017).

Nesse viés, porém, “a generalidade esconde uma experiência singular, muitas vezes silenciada e apenas subjetivada” (CORREIA *et al.*, 2013), posto que, para Merleau-Ponty (2004, CORREIA *et al.*, 2013)), “O enigma [que] consiste em meu corpo ser ao mesmo tempo vidente e visível. Ele, que olha todas as coisas, pode também se olhar, e reconhecer no que vê então o ‘outro lado’ de seu poder vidente”, e além,

Na constituição do ser singular há um processo de inerência entre aquele que vê e aqui que por ele é visto. Todavia, não é uma inerência clara e distinta, mas é construída por uma confusão irresoluta entre observador e observado; confusão que movimentava uma dialética constante da identidade entre o eu e a coisa; o eu e o outro; o sujeito e a cadeira de rodas na constituição de um cadeirante. Podemos dizer que o eu é, em parte, o outro com o qual convive (MERLEAU-PONTY, 2004 *apud* CORREIA *et al.*, 2013, s. p.).

E conseqüentemente,

Diante dos fatores apontados, ocorre o aumento da prevalência cadeirantes, tais quais se encontram expostos a adaptações diversas, sejam elas ligadas à rotina, em casa, na rua, no trabalho ou no lazer. [...] O mundo físico, criado pelo homem para o homem dito “normal”, é o ambiente e também sua barreira. [...] As dificuldades encontradas pelo cadeirante surgem desde o seu íntimo, devido às limitações fisiológicas como dificuldades funcionais relacionadas ao trauma que sofreram: redução da ventilação pulmonar, descontrole na termorregulação, úlceras ou escaras, incontinência urinária, incontinência fecal, perda da sensibilidade de determinados locais, o que faz com que o cadeirante se sinta inseguro até para sair de casa (LIANZA, 2001; GORLA *et al.*, 2007; HORTA *et al.* 2009). Outros problemas psicossociais como: autoestima, percepção negativa de saúde, pensamento negativo da autoimagem e o sentimento de menos valia contribuem negativamente para as pessoas com deficiência física (LIANZA, 2001 *apud* SILVA; FARAH, 2017, s. p.).

Dessa forma, sobre a importância da Educação Física quando da inclusão e a outros fatores ligados ao deficiente,

Observa-se que a mesma pode contribuir para o desenvolvimento do esporte em cadeiras de rodas, objetivando trabalhar o tronco e membros superiores para maior aquisição de força, flexibilidade e resistência das pessoas deficientes, elevando também sua autoestima e preparando-as para a vida. A prática de atividades físicas e esportivas, seja em qualquer âmbito, necessita de orientação e estimulação propiciando ao indivíduo deficiente alcançar as melhorias propostas através das atividades resultando em uma ótima qualidade de vida. Os esportes adaptados promovem ao indivíduo, usuário da cadeira de rodas, a desenvolverem a autovalorização, autoimagem, autonomia e a socialização, viabilizando novas experiências explorando seu potencial e suas limitações (ROSA; RODRIGUES; FREITAS, 2009 *apud* SOUSA; FARIA, 2015, s. p.).

Rocha (s/d) narra a atitude de uma professora que buscou no ano de 2005, superar o desafio de fazer toda a sua classe do 5º ano se adaptar às limitações de uma colega de classe portadora de deficiência motora. A aluna, nunca deixou de participar das atividades propostas em quadra, pois, a professora sempre a incluiu. Quando era futebol, a aluna jogava com a muleta e a professora a segurava por trás, para não cair. A professora e os colegas ajudavam a empurrar a cadeira para a aluna jogar basquete. No jogo de vôlei, ela quem realizava o saque. Contudo, a adaptação da aula foi gradual. Para o basquete, no início, foi usada a bola mirim, mas em pouco tempo a oficial foi adotada. (apud AIME,;SENA; AWAD, 2014, p. 5).

Alves e Duarte (2014 apud NACIF et al, 2016) apontaram que a falta de adaptação nas aulas de Educação Física pode contribuir para que o adolescente com deficiência tenha dificuldades de aprendizagem e, conseqüentemente, não participe das atividades. Além disso, experiências negativas como rejeição em todos os aspectos podem levar os alunos com deficiência a se excluírem das aulas de Educação Física (GOODWIN; WATKINSON, 2000; SPENCER; WATKINSON, 2010). Sendo assim, o professor deverá ter uma boa didática, organizar-se e se preocupar com o tipo de atividade que irá propor para esses adolescentes, bem como, estar atento quanto a alguma exclusão por parte dos colegas (NACIF et al, 2016).

A Deficiência Física, no caso para pessoas que usam cadeira de rodas, apresenta várias características e particularidades, já que há pessoas amputadas, paraplégicos totais ou parciais, espinha bífida, poliomielite, paralisia cerebral, artrogripose congênita, dentre tantas outras que podem ocorrer durante a gestação, parto ou até no decorrer da vida.

Segundo Teixeira e Ribeiro (2006 apud CARDIA, PEREIRA; CUMAN, 2015), os benefícios alcançados pelo aluno com deficiência, com a prática de exercícios físicos desenvolvem benefícios múltiplos em nível motor, cognitivo e afetivo, como: velocidade, agilidade, força, equilíbrio, coordenação, ritmo, flexibilidade, capacidades cardiorrespiratórias, raciocínio, atenção, aumento da concentração, sociabilização, controle da ansiedade e autoestima, além de estimular a autonomia e independência, devendo-se, então, buscar a inclusão e a fim de se obter saúde e formação como um todo. E assim, evidencia Lago (2008), que para algumas crianças, a cadeira de rodas atenta-se a uma velha companheira, para outras a sensação é de igualdade.

Diante disso, a Educação Física e a cadeira de rodas (Usuário) devem ser uma combinação na qual todos terão benefícios na parte pessoal ou na profissional, e para os beneficiários um ganho na expectativa de vida com mais oportunidades e prazeres.

4 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, com temática de um contexto constituído por Trinta profissionais de educação física atuantes nas 35 Escolas de Educação Infantil e no Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, além do EJA na Rede Municipal de Ipatinga- MG, com aplicação de um questionário antes da apresentação do canal do *Youtube* e outro depois. Não se apresenta a margem de erro, porque são Trinta profissionais que atuam nesta modalidade, e portanto, trabalha-se com a totalidade dos sujeitos.

O método de pesquisa utilizada é o hipotético dedutivo. "Método hipotético-dedutivo - que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese" (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 106) Neste sentido, às hipóteses levantadas foram testadas no decorrer da pesquisa.

O tipo de pesquisa compreende a descritiva. Segundo Köche “na pesquisa descritiva não há a manipulação a priori das variáveis. É feita a constatação de sua manifestação a posteriori.” (KOCHE, 2011, p. 124).

Para o levantamento de dados dois questionários eletrônicos da plataforma *Google Forms*(confira em apêndice 1 e 2) são aplicados; o primeiro, para levantamento da opinião sobre os fatores que dificultam a inclusão da pessoa com deficiência nas aulas de Educação Física. Em uma reunião *on-line*, solicita-se a colaboração de todos para participarem da pesquisa e assim acontece a sondagem da experiência que os docentes tinham com os alunos cadeirantes. A partir dos resultados obtidos, foi elaborado algumas atividades de acordo com o previsto na grade curricular para que todos os alunos da Educação Física participem.

Em seguida, apresenta-se o canal do *Youtube* em uma reunião *on-line* com propostas para incluir aluno com deficiência física, usuários de cadeira de rodas, a fim de se saber a opinião dos professores sobre o Produto Técnico Tecnológico criado, o PTT. O canal apresenta propostas didáticas para uso desse material nas aulas de Educação Física, atendendo às competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O produto se direciona a turmas que apresentem algum aluno com deficiência, usuário de cadeira de rodas, aplicado para profissionais de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos – EJA).

O segundo questionário é respondido pelos professores depois de assistirem às propostas de atividades disponíveis no canal do *Youtube*.

Para a realização do estudo, realiza-se a sua submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Vale do Rio Verde – UninCor/MG. Número do Parecer: 5.610.347 e CAAE: 61288022.9.0000.5158. Os participantes da pesquisa são informados de cada detalhe, tanto no início, quanto no término, respeitando-se o anonimato de cada um em relação à participação voluntária. As informações coletadas são analisadas fidedignamente de forma descritiva para a finalização da pesquisa.

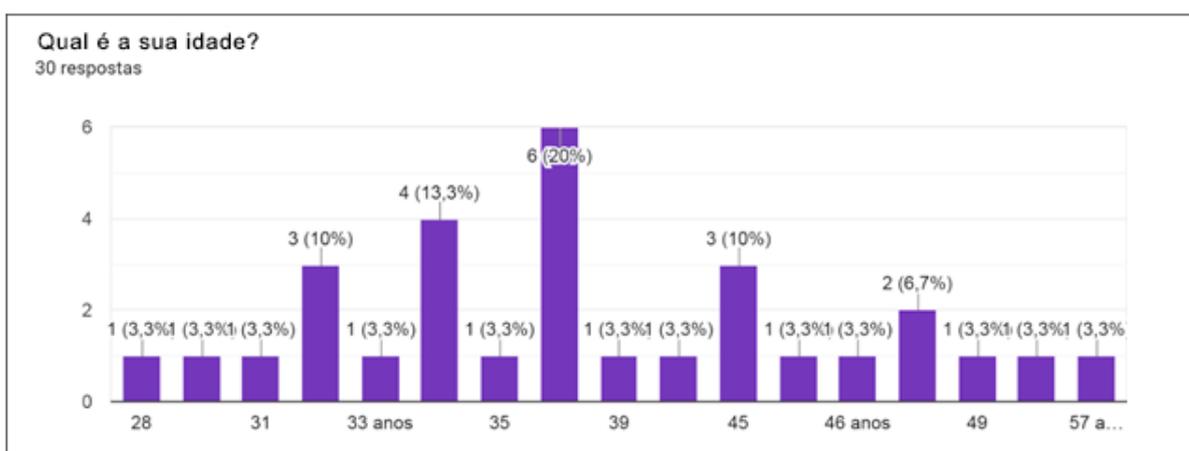
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são discutidos de forma simples e objetiva; a intenção é explicitar os dados representados nos gráficos, evidenciando a avaliação dos professores em relação às perguntas do Questionário da Pesquisa. “Os métodos de pesquisa quantitativa, de modo geral, são utilizados quando se quer medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes etc. de um universo (público-alvo) através de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada” (MANZATO; SANTOS, 2012, p. 7).

5.1 – Resultado do Questionário I

Aplica-se este questionário aos professores antes da apresentação do Produto Técnico Tecnológico a fim de se levantar a opinião sobre os fatores que dificultam a inclusão da pessoa com deficiência nas aulas de Educação Física e com isso validar ou refutar as hipóteses levantadas.

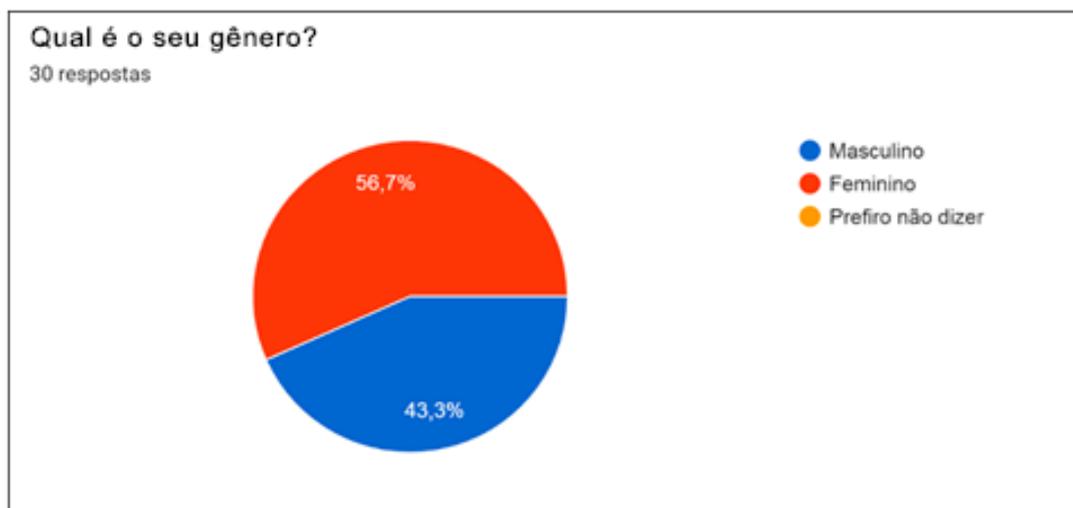
Gráfico 1 – Faixa etária



Fonte: próprio autor (2023).

Como se pode notar, o gráfico 1 mostra a faixa etária dos participantes do grupo pesquisado, o qual é bem variado e não há um grande percentual em uma idade somente, havendo, portanto, diversidade do público de profissionais. A opção com mais respostas soma um total de 06, correspondendo a 20% na idade de 38 anos, o que evidencia não existir uma idade chave para se iniciar ou até mesmo permanecer trabalhando no contexto escolar.

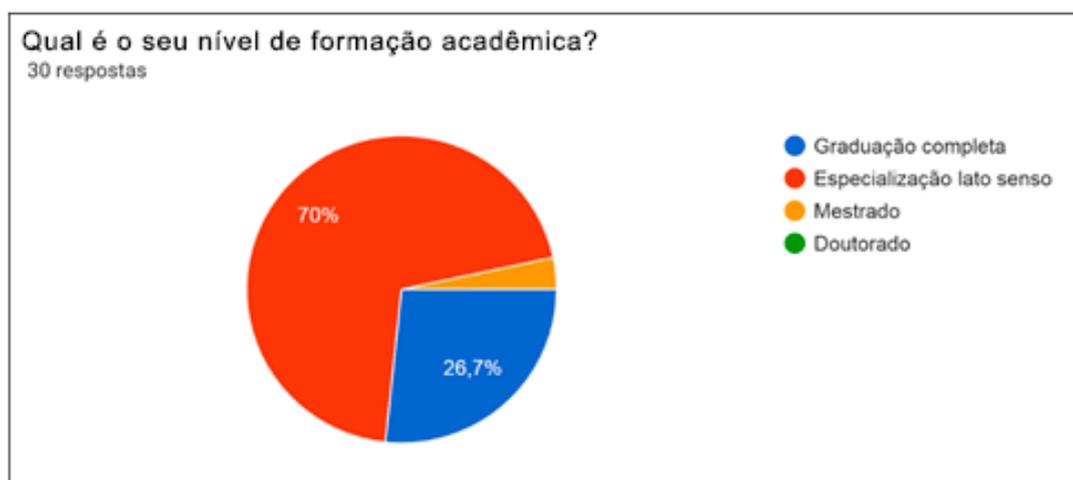
Gráfico 2 - Gênero



Fonte: Dados da pesquisa - Autor (2023).

O gráfico 2 revela que no grupo pesquisado, a grande maioria do público se declara do sexo feminino com 17 respostas (56,7%) e as outras 13 respostas (43,3%) se declaram do sexo masculino, resultado que serve para caracterizar a amostra é não mais relevância que isso. Contudo, na pergunta há uma terceira alternativa, descrita como “prefiro não dizer”, tendo em vista que algum/a professor/a poderia não se identificar com os padrões sociais binários pré-estabelecidos pela sociedade ou simplesmente não querer dizer, e assim, condessa-se o respeito e o direito de qualquer um optar pela melhor forma de se descrever ou até mesmo de permanecer em silêncio. Para tanto, respeita-se a opinião dos profissionais em suas respostas e no que se descrevem ser.

Gráfico 3 – Formação profissional



Fonte: próprio autor (2023).

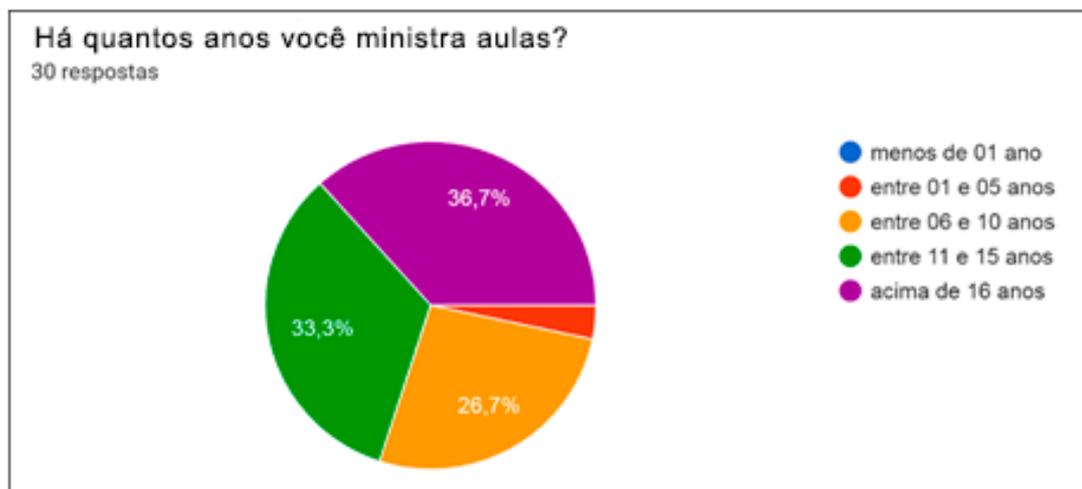
O gráfico 3 se refere à Formação dos profissionais e indica que, dos pesquisados, a grande maioria – 21 respostas (70%) – possui além da graduação, especialização na área de Educação Física; os outros 08 (26,7%), apresentam apenas graduação (Formação inicial e obrigatória); e 01 resposta (3,3%) com Mestrado, notando-se, portanto, que nenhum deles possui doutorado e, que ainda é insuficiente a quantidade de profissionais da Educação Física que buscam formações e capacitações para seu trabalho.

Muitos Professores, a grande maioria 73,3%, possui além da formação inicial para o trabalho, buscando, ao longo de sua vida profissional, melhorar e se capacitar para atuar da melhor forma possível, porém, essa formação deve ser ampla como uma engrenagem, quando todos se comprometem em prol do mesmo objetivo, do bem comum.

Albuquerque, Del-Masso e Fujihara (2020), estabelecem que a formação pode ser compreendida como um dos principais instrumentos para a conquista de uma educação de qualidade, equidade e representatividade, valores esses, essenciais à inclusão, ou seja, o conhecimento dos profissionais envolvidos quando mais elevado, possibilita, além de satisfação pessoal, uma grande melhora profissional, fazendo com que o docente atue cada vez mais com qualidade e atinja os objetivos propostos, inclusive em relação à inclusão.

Logo, a formação do professor pode ser entendida como um processo articulado entre o início e a continuação de sua aprendizagem, que é uma constância e necessária enquanto educador e transformador da sociedade. E por se tratar de formação continuada, destaca-se que o conhecimento não é estático, estando este em crescente mudança, já que a atuação do profissional de educação física, como o de outras áreas, é passível de mudanças quando influenciadas por avanços na investigação científica e por transformações em sua maneira de pensar e de agir em diferentes fases da vida. (BRASIL, 2001); em outras palavras, os profissionais precisam ser estimulados a buscarem sempre mais conhecimento. Todavia, a maioria não recebe incentivo, especialmente, com planos de carreira valorizados, de uma forma geral, para se especializarem.

Gráfico 4 – Tempo de docência



Fonte: próprio autor (2023).

No gráfico 4, fala-se do tempo de docência (atuação profissional), a experiência profissional. Com 5 opções de escolha, tem-se a primeira opção com menos de 1 ano de atuação na educação física escolar, embora, de forma bem equilibrada a maioria dos profissionais (11 respostas) 36,7 % corresponde mais de 16 anos de docência, seguido por 10 respostas (33,3 %) com atuação profissional entre 11 e 15 anos na educação física escolar, seguido por 08 respostas (26,7 %) para atuação na Educação Física Escolar entre 06 e 10 anos, e 01 profissional (3,3 %) com experiência de 01 a 05 anos de docência. Esses índices evidenciam que grande parte dos profissionais questionados atuam há mais tempo, porém, e apesar disso, esses mesmos educadores se apresentam com poucas formações sequenciais, ainda que gostem da área de atuação. O gosto pela Educação pode estar associado à experiência de vida, de mundo, que apesar dos obstáculos encontrados na docência, podem corroborar para o alcance de objetivos ao longo de todo o caminhar. São imprevistos do dia a dia, situações inusitadas, planejamentos a serem revistos, uma série de desafios que direcionam o profissional às soluções eficazes, já que cada aluno de educação física adaptada possui a sua particularidade de forma mais expressiva.

Gráfico 5 – Gosto pela docência

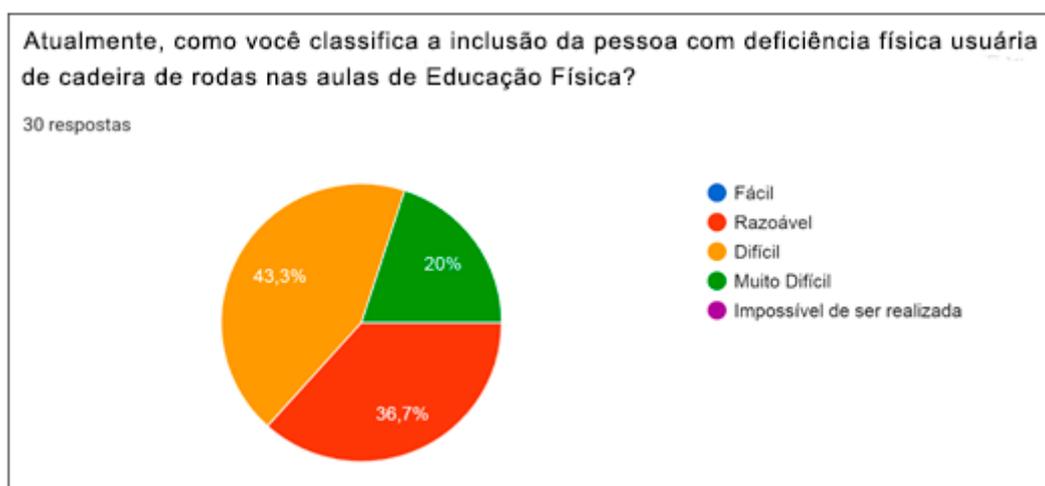


Fonte: próprio autor (2023).

No gráfico 5, representa o gosto pela atuação em Educação Física no âmbito escolar, independentemente do ano, faixa etária, ciclo, entre outros. Nesse contexto, 100% dos profissionais responderam que gostam de atuar na profissão, e a partir desse índice, enxerga-se o sucesso profissional decorrente do gostar, da motivação pessoal da escolha, apesar de o gráfico anterior evidenciar que sofrem por falta de incentivos gerais, geradores do alcance pelos objetivos.

Segundo Rocha (2009), a palavra motivação vem do verbo latino *movere*, sendo a motivação uma força que coloca a pessoa em ação e que acorda sua disponibilidade de se transformar. É aquilo que nos move, que nos leva a agir e a realizar alguma coisa.

Gráfico 6 – Classificação da inclusão

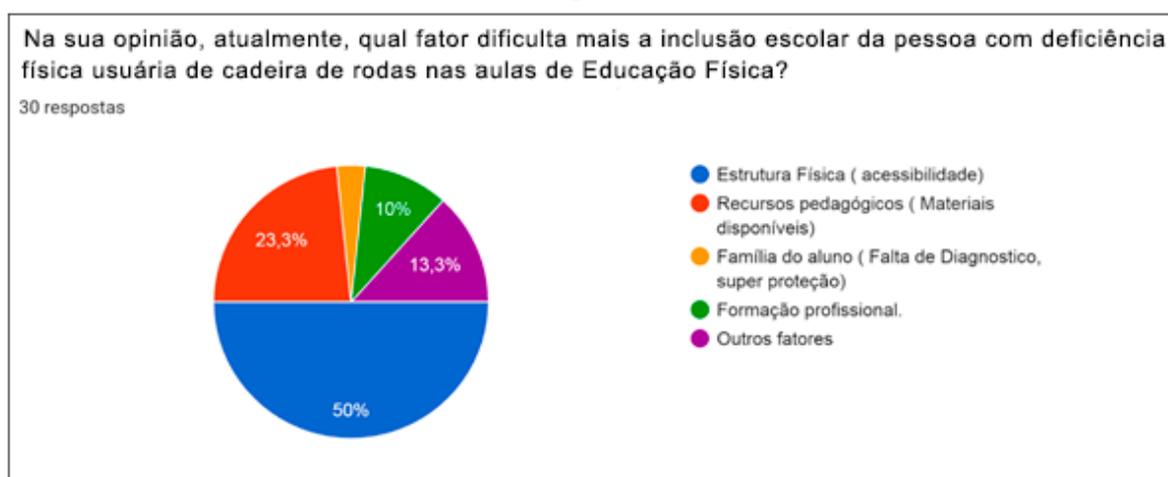


Fonte: próprio autor (2023).

A classificação da inclusão dos usuários de cadeira de rodas está ilustrada no gráfico 6, destacando que, das cinco opções de resposta, nenhum profissional escolheu a opção que contém a inclusão como sendo fácil ou a opção que a define como impossível de ser realizada. A inclusão não é um fator ou um problema a ser resolvido sem sacrifícios, mas que também pode acontecer; depende muito das soluções necessárias dentro da singularidade de cada cadeirante. Todavia, a grande maioria dos profissionais – 13 no total (43,3%) – classifica a inclusão dos cadeirantes na educação física como difícil, enquanto 11 profissionais (36,7%) a classificam como razoável, e 06 profissionais (20%) classificam-na como muito difícil. Sem elencar motivos ou fatores, nota-se que se somar os fatores de dificuldade, obtém-se 63,3% como difícil ou muito difícil; revelando, assim, que vários são os fatores citados na pesquisa, elencados por profissionais, ao longo da docência, quando motivados, atingem o objetivo final, que é a inclusão.

Segundo Ferreira (2009), a “inclusão” depende do entendimento de que o processo de conhecimento seja tão importante quanto o produto e deve respeitar o ritmo da aprendizagem; essa opção tem como meta principal não deixar nenhum aluno fora do ensino regular desde o início, posto que todos têm direito de se desenvolver em ambientes que não discriminam, mas que procuram lidar e trabalhar com as diferenças.

Gráfico 7 – Fatores que dificultam a inclusão



Fonte: próprio autor (2023).

No gráfico 7, observam-se os fatores que dificultam a inclusão dos alunos PCD nas aulas de educação física, e todos os fatores citados por profissionais, sendo que a grande maioria – 15 respostas (50%) – optou por ser a acessibilidade (Estrutura Física) o fator primordial; na segunda colocação, apresentam-se os materiais disponíveis (Recursos Pedagógicos) com 07

respostas (23,3%); na terceira colocação, outros fatores que não estão elencados com 04 respostas (13,3%); seguido da Formação Profissional (Continuada) com 3 respostas – 10% –, e por fim, a família do aluno com superproteção, e falta de diagnóstico cedo com 01 resposta, 3,4%.

Esta questão foi fundamental para confirmar as hipóteses: a) “acredita-se que a falta de estrutura física seja um fator que dificulta a inclusão da pessoa com deficiência física, usuário de cadeira de rodas, nas aulas de Educação Física” –, hipótese confirmada, porque 50% dos entrevistados apontou a falta de acessibilidade, especialmente em se tratando de estrutura física como um empecilho na inclusão; b) “percebendo-se, ainda, a falta de investimento pela gestão escolar, no que se refere a materiais adequados para inclusão, como um determinante no processo” –, também confirmada com 23,3% dos entrevistados que apontaram a falta de materiais adequados como um dos fatores prejudiciais às aulas de Educação Física para cadeirantes.

Os fatores acima elencados vão ao encontro do que estabelecem Fiorini e Manzini (2014), pois vários são os fatores que dificultam a inclusão da pessoa com deficiência nas aulas de Educação Física, como por exemplo, a formação, a questão administrativo-escolar, o aluno, o diagnóstico, a família, o recurso pedagógico, a estratégia de ensino, a educação física.

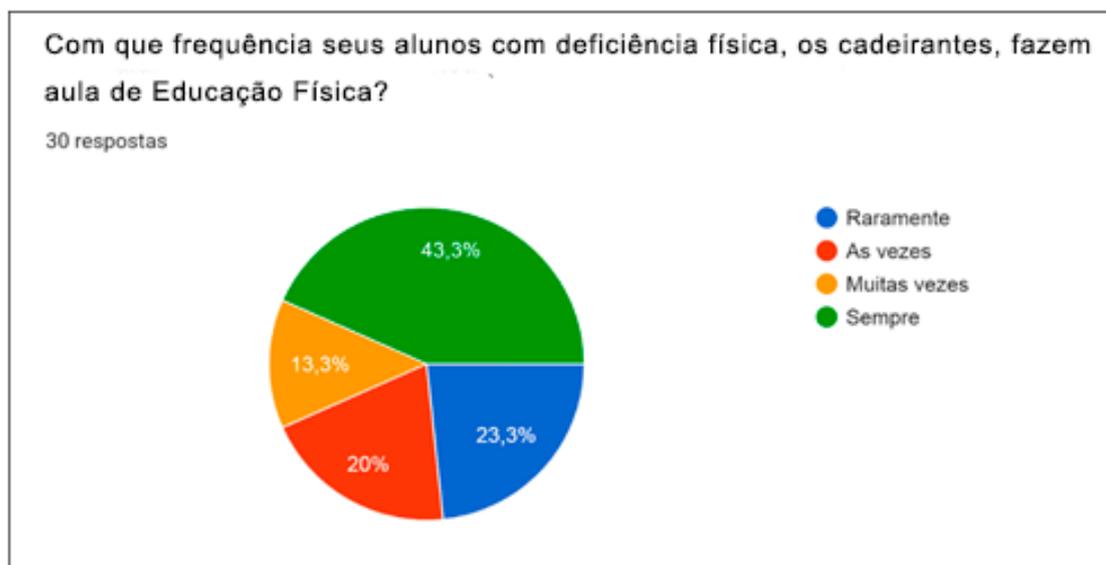
Souza e Faria (2015) definem como primordial, a questão de acessibilidade (Estrutura Física) nos prédios públicos e privados, quando deveriam ser construídos ou adaptados, observando a arquitetura de forma ergonômica para atender aos deficientes, o que facilitaria a acessibilidade, contribuindo, então, ao bem-estar, melhora da qualidade de vida e reconhecimento dos seus direitos, independente se as escolas são de origem pública ou privada, já que o direito deve ser cumprido.

Sustentando todas as respostas, Alves e Duarte (2014) citam as barreiras relacionadas ao professor no que diz respeito à falta de preparação, medo, superproteção e expectativas limitadas em relação às possibilidades do aluno. As barreiras relacionadas ao aluno envolvem superproteção dos pais, falta de oportunidades em função da escassez de recursos ou de adaptações necessárias. E, já as barreiras administrativas compreendem o gasto de tempo com outras atividades, falta de equipamentos adequados e dispensa médica.

Entretanto, para alguns, a maior das dificuldades na inclusão se refere a materiais e recursos disponíveis. Ferreira (2006) relata sobre as reclamações e preocupações por parte de professores e gestores de todo o país, que dizem não possuir recursos especializados para o atendimento a alunos com deficiência e a seus professores que afirmam não estarem preparados

para recebê-los em sala de aula, apesar de gráficos anteriores mostrarem que esses profissionais não pensam que a formação deficitária é o principal fator que dificulta no processo de inclusão.

Gráfico 8 – Participação dos alunos deficientes (cadeirantes)



Fonte: próprio autor (2023).

O gráfico 8 ilustra a participação dos alunos deficientes cadeirantes (usuários de cadeira de rodas), e apesar de ter sido elencado pelos profissionais nos gráficos anteriores como difícil, ou muito difícil, tendo vários fatores que dificultam a inclusão do PCD nas aulas de educação física, a grande maioria dos profissionais pontuou que sempre os alunos com deficiência fazem Educação Física (13 respostas e 43,3%), seguido por “Raramente”, com 7 respostas (23,3%), seguido por “Às vezes”, com 20% – 06 respostas –, e como última opção “Muitas vezes”, com 4 votos (13,3%). Somando as opções “Às vezes” e “Raramente”, ocorre um empate com a opção “Sempre”; e como desempate, a opção “Muitas vezes”. Mostrando assim, que independente da adversidade e dos obstáculos, os profissionais procuram incluir o aluno PCD na grande maioria das vezes na aula, mas, importa destacar que, o ideal cabe em planejar para que esse aluno sempre se sinta acolhido e participe das aulas, exceto por motivos de força maior, como saúde ou outro tipo de justificativa semelhante. Estar e participar ativamente das aulas é um direito do aluno deficiente, e por isso, reconhecer um percentual de 43,3%, alude-se a um índice muito elevado para os dias de hoje, um direito usurpado.

Participar das aulas é primordial para inclusão, pois como dito por Strapasson e Carniel (2007), além dos inúmeros benefícios e vantagens proporcionados pela educação física, ainda facilita o processo de integração, socialização, inclusão e aceitação do aluno deficiente ao grupo

e para essa inclusão realmente acontecer, o docente deve estar motivado em todos os aspectos da vida (pessoal, profissional), visto que, para bons resultados, deve-se praticar três grandes fatores básicos: motivação de ambas as partes, conscientização e trabalho dentro de sua realidade.

Gráfico 9 – Ferramenta de inclusão dos alunos



Fonte: próprio autor (2023).

No gráfico 9, cinco opções indicam que a inclusão é uma soma, união de forças e trabalho em conjunto, sendo com 40% e 12 respostas sobre a melhora da Estrutura física (Acessibilidade), já que não adianta local (escola), material, profissional capacitado, se o lugar não tem condições de receber os beneficiários. Este dado já havia aparecido na pesquisa de sondagem como o que mais dificulta a inclusão. Em segundo lugar, a “Formação continuada” com 33,3% e 10 respostas (as vezes os profissionais se contradizem pois anteriormente apenas 3 falaram da importância da formação), no qual vai ao encontro com o exposto sobre a vida ser um eterno aprendizado, e que o profissional precisa buscar se capacitar sempre para melhorar seu desempenho e, conseqüentemente, o trabalho com os PCD, devendo ser um trabalho em conjunto de teoria e prática. Em terceiro lugar, com 05 respostas e 16,7% da “Conscientização dos alunos com e sem deficiência”, mostra que existe o respeito e que todos têm suas particularidades, mas acima de tudo, são alunos com os mesmos direitos e deveres. E por fim, a “Chegada de material pedagógico” com 03 respostas e 10 %, pois, para eles, se os demais aspectos estiverem dentro dos padrões e boas condições, o material para utilização pode chegar de forma gradativa. Sem estrutura não adianta material, ou, se o profissional não souber o que fazer também não acontece seja no conhecimento técnico, na parte de mostrar os benefícios, de cobrar direitos dentre outros da vida Profissional.

Ferreira (2009), considera que a instituição escolar é uma estrutura necessária e indispensável, igualmente importante e urgente, sobretudo, investir nos cursos de formação de profissionais que devem estar à frente de questionamentos e no redimensionamento de representações de igualdade e diferença, para que esses mesmos profissionais possam se sentir à vontade, com competência técnica e em condições emocionais para lidarem no dia a dia com a diversidade, tendo todo um aparato por trás, como: adaptações, materiais da parte estrutural, apoio de gestão e outras esferas governamentais (Federal e no caso do estudo as Municipais).

Gráfico 10 – Preparação dos locais (escolas)

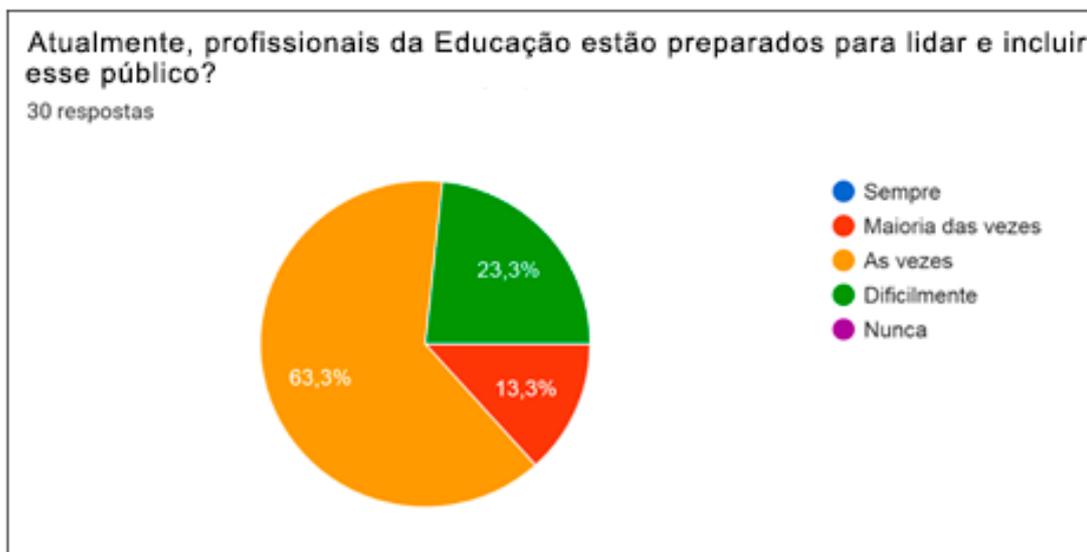


Fonte: próprio autor (2023).

O gráfico 10 mostra a opinião dos profissionais sobre as escolas Municipais da cidade de Ipatinga – MG (Locais de trabalho), se estão preparadas para receber os alunos PCD, usuários de cadeira de rodas, notando-se que a opção de a escola estar sempre preparada, em todos os aspectos, não há nenhuma resposta. E com isso, a opção com maior número de respostas foi “Às vezes” com 46,7% e 14 respostas, seguida de “Dificilmente” com 36,7% e 11 respostas; na terceira colocação, com 13,3% a opção “Maioria das vezes”; e por fim, a opção “Nunca” com 1 resposta. Somando as opções “Dificilmente” e “Nunca”, chega-se a 50% da opinião, mostrando que ainda se tem um longo caminho pela frente em relação à inclusão de fato.

Novamente, trata-se de um direito garantido por lei há mais de 20 anos e que não está sendo cumprido, porque nenhuma das respostas aponta que o ambiente escolar esteja adaptado à necessidade dos beneficiários.

Gráfico 11 – Preparação dos profissionais

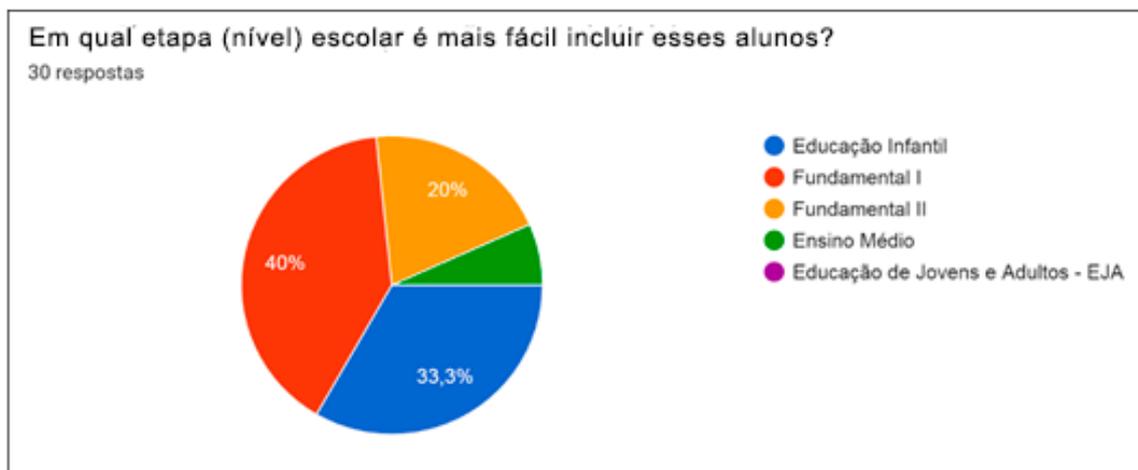


Fonte: próprio autor (2023).

O gráfico 11 apresenta a opinião dos profissionais sobre a sua preparação para lidar com o público da pesquisa. Nenhum dos dois extremos – a opção “Sempre preparado ou “Nunca preparado” – é escolhida pelos profissionais, demonstrando a consciência de que nunca estarão sempre preparados devido ao aprendizado constante na vida e às situações imprevistas ou novas particularidades que possam surgir. Além disso, reconhecem que mesmo com pouca experiência e vivência (adquirida durante a formação acadêmica), têm uma base para iniciar o trabalho. A opção com maior número de respostas, com um total de 19 e representando 63,3%, foi “Às vezes preparado”, seguida pela opção “Difícilmente”, com 7 respostas e 23,3%, e em terceiro lugar, com 4 respostas e 13,3%, a opção “Na maioria das vezes”. Ou seja sempre lembrada no estudo e que por várias vezes deixada de lado a formação e algo que acompanhará os mesmos para sempre na vida Profissional.

Esta questão foi importante para validar a hipótese: “supõe-se que os professores de Educação Física não estejam preparados para trabalhar com esse público-alvo, em conjunto com os demais alunos”. No Gráfico 7 – Fatores que dificultam a inclusão, 10% dos professores apontaram a formação profissional como um fator importante na inclusão. Já neste gráfico quando somado “as vezes” e “difícilmente” temos 86,6% dos profissionais que não se sentem preparados para incluir os alunos cadeirantes nas aulas de educação física, demonstrando a importância do Produto Técnico Tecnológico, fruto desta pesquisa, para ajudar professores neste quesito.

Gráfico 12 – Inclusão nos níveis de estudos

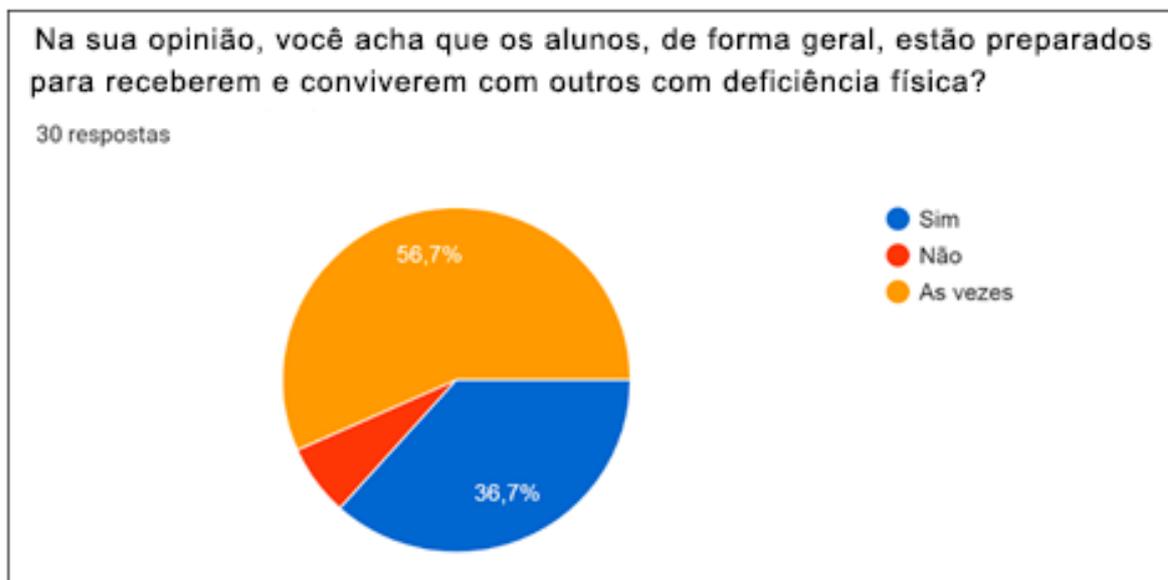


Fonte: próprio autor (2023).

No gráfico 12, é possível observar a opinião dos profissionais de Educação Física sobre em qual nível escolar é mais fácil incluir alunos cadeirantes. Num total de 93,3%, os profissionais escolheram o nível de alunos mais novos, trazendo o entendimento de que crianças são mais adaptáveis à situação e respeitadas com seus colegas deficientes. Logo, a opção FUNDAMENTAL I foi escolhida por 40% dos profissionais, com 12 respostas, seguida pela opção EDUCAÇÃO INFANTIL, com 33,3% e 10 respostas, a opção FUNDAMENTAL II ficou em terceiro lugar com 20% e 6 respostas, e a opção ENSINO MÉDIO em quarto lugar com 6,7% e 2 respostas. A opção EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA não teve nenhuma escolha, Pode se pensar então que os professores acham que quanto mais avança a idade dos alunos, mais difícil é a aceitação da inclusão dos alunos PCD em sala de aula e nas aulas de Educação Física.

Isso mostra a opinião dos profissionais sobre sua preparação para lidar com o público da pesquisa. Quanto mais jovens os alunos, melhor para incluir, o que é corroborado por Alves e Duarte (2005), que afirmam que nas séries iniciais os professores passam mais tempo em sala de aula, possibilitando assim, um maior conhecimento de tudo o que acontece na turma, diferente das séries finais, onde há maior rotatividade de professores então será por isso das falas da facilidade dos alunos mais novos na inclusão. Quanto mais jovens os alunos, mais aulas de Educação Física e mais tempo para trabalhar a interação e inclusão naturalmente, permitindo que cresçam respeitando as diferenças e compreendendo seus direitos e deveres.

Gráfico 13 – preparação dos alunos



Fonte: próprio autor (2023).

E por fim, no gráfico 13, apresenta a opinião dos Profissionais de Educação Física sobre os alunos sem deficiência da sala estarem preparados para receber os alunos com deficiência física e usuários de cadeira de rodas. Todas as três opções tiveram votos, sendo que a opção com maior número de respostas foi "Às vezes estão preparados", com 17 respostas e um total de 56,7%. Em seguida, temos a opção "Sim", com 11 respostas e um total de 36,7%, e a opção "Não", com apenas duas respostas e 6,7%, mostrando que, no geral, por mais que haja algum tipo de obstáculo, a aceitação dos alunos com seus colegas deficientes é bem vista e não é um problema grande pois independentemente da idade consegue se a inclusão.

Pensando no direito da pessoa com deficiência em ser tratada de forma igualitária, tem-se a soma dos fatores de "Às vezes" e "Não" como maioria, com 63%, evidenciando, ainda assim, as pessoas de um modo geral, não estão sendo preparadas para lidar com outras com deficiência em seu cotidiano, principalmente no que tange à pesquisa, que é de esfera escolar – o que deve ser trabalhado desde a base e o quanto antes (identificado no gráfico anterior, que, quando encontram mais facilidade na ambiência, a inclusão se dá de forma mais efetiva, rápida e segura). Seja na família, na escola, no trabalho, na comunidade em geral, o que deve permanecer como ideia primordial, sendo o princípio de equidade, o qual implica respeito às diferenças (FERREIRA, 2009). O trabalho de conscientização vai além dos muros da escola, começando em casa, e envolve todo um conjunto complexo de trabalho, vários fatores e atores de atuação.

6 PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO

Considerando o exposto no presente estudo, neste momento será apresentada uma sequência de planos de aula (sequência didática) com atividades para Educação Física de inclusão aos alunos usuários de cadeira de rodas em todas as esferas de ensino. Este Produto Técnico Tecnológico acrescenta ao que foi levantado no questionário I, no qual os dados foram apresentados acima. A tentativa é de ajudar trazendo alguns exercícios que podem ser aplicados na escola para todos os alunos, assegurando assim, os seus direitos. E para a montagem dessas atividades, foram elencados vários objetivos, tais como: (1) direito e acesso às atividades, (2) promoção de igualdade, (3) promoção da saúde e qualidade de vida e (4) socialização e respeito. Os vídeos “Atividades Físicas Escolares Inclusivas” estão disponíveis no endereço eletrônico https://youtube.com/watch?v=_E4u4DVcIb4&feature=share de forma gratuita.

O material exposto pelos pesquisadores pretende atender a várias competências da BNCC. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não é explícita em relação à inclusão, mas é possível inferir na competência 9 a importância do processo de inserção e acolhimento de pessoas ao trabalhar e endossar a empatia, diálogo, resolução de todos os tipos de conflitos e a cooperação respeitando e valorizando a diversidade, a potencialidade de cada um e os preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018a).

O material pode ser utilizado em todas as esferas do ensino básico (Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais e finais – e Educação de Jovens e Adultos – EJA), inserido em vídeos aulas num canal do *YouTube* para que assim seja de fácil acesso a profissionais da educação, independentemente dos locais. Esse mesmo material foi criado a partir da necessidade de inclusão das pessoas com deficiência física usuárias de cadeira de rodas no ensino regular para fins de inclusão, de busca pela igualdade, tão falada e almejada nos dias de hoje, que ainda caminha a passos lentos apesar da obrigatoriedade prevista em lei.

O canal foi apresentado aos professores de Educação Física da rede municipal de Ipatinga-MG após responderem sobre necessidades e dificuldades encontradas pelos profissionais para inclusão de alunos e veio como uma forma de atender essas demandas e ajudar na formação continuada.

A sequência de aulas mostra uma didática com atividades inclusivas usando o próprio corpo dos alunos, tais como: “Pique Pega Legal” e “Queimada Gigante”. Já a atividade “Siga o Mestre”, assim como o “Circuito Motor” e as “Estafetas”, dependem de um maior acervo de material disponível.

Dessa forma, segue a organização, cronograma, o passo a passo da criação e elaboração das aulas e do canal:

1. Passo: Ideia do Autor, na busca de ajudar na inclusão do PCD usuário de cadeira de rodas;

2. Passo: Elaboração do Questionário para saber a opinião e começo de esboço das atividades (serão finalizadas após o resultado do 1 questionário), sendo que cada detalhe para saber perfil dos profissionais, o anseio dos mesmos e o que realmente acham determinante para a inclusão e a exclusão desse público nas aulas de Educação Física, visto que tudo está em lei e devem ser atendidos em escolas regulares como todos;

3. Passo: Apresentação do Questionário para saber a opinião dos profissionais sobre as dificuldades de inclusão da pessoa com deficiência usuária de cadeira de rodas e início do esboço das atividades (sequência didática), para realização do canal e 2ª aplicação dos questionários aos profissionais;

4. Passo: Descrever breve e detalhadamente o objetivo de cada aula e o que utilizar, a forma de executar a metodologia aplicada nas aulas, a forma de inclusão, de trabalho da socialização e respeito mostrando a Educação Física e suas facetas.

5. Passo: Apresentação do canal aos profissionais de educação física de Ipatinga, como forma de capacitação e conhecimento, servindo de capacitação continuada para todos os profissionais que desejam conhecer a respeito do público. E após a formatura, será um canal a ser alimentado com atividades para outras pessoas com deficiência (PCD).

6.1 Roteiro do Produto: Sequência das Aulas

Quadro 1 - Componente curricular: Educação Física. Tema: Pique Pega Legal.

 COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO FÍSICA Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino	
Unidade Temática: Recreação e lazer Objetivos: Estimular a socialização, conhecimento corporal, coordenação motora grossa e noção espaço temporal. Tema: Pique Pega Legal	
RETOMADA DO CONTEÚDO E/OU ABERTURA DA AULA	Roda de Conversa com exposição da aula e como será feito todo o procedimento da atividade
METODOLOGIA	Todos em círculo, o professor escolherá 3 alunos para pegarem, e o restante irá correr pela quadra, ao sinal do professor os 3 pegadores irão pegar seus colegas com a mão, todos pegos irão até o professor. Após todos serem pegos, serão escolhidos outros pegadores para que todos possam ter a mesma oportunidade de pegar e serem pegos.
RECURSOS PEDAGÓGICOS	Apito
AValiação	<ul style="list-style-type: none"> • Através da participação dos alunos; • <i>Feedback</i> dos beneficiários.

Fonte: próprio autor (2023).

Figura 1- Pique Pega Legal



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

Na figura 1, a atividade consiste em fazer com que os colegas de sala tenham a experiência e vivam a situação real de vida do aluno com deficiência, e deve ser desenvolvida de acordo com o grau de deficiência, de acordo com a descrição que se segue: a) Pode ser feita com ele na cadeira de rodas, sendo empurrado pelo colega (revezando entre os alunos, caso o colega seja dependente). O revezamento estimula o senso de responsabilidade pelo cuidado e empatia com quem precisa ser deslocado; b) Se o aluno com deficiência puder se locomover sozinho em sua cadeira, a atividade que estimula a locomoção procura melhorar o desempenho da pessoa cadeirante na sua vida diária; c) E, se tiver como sair da cadeira de rodas e ir para o chão, a atividade vai mostrar que a deficiência desaparece, e assim ninguém saberá quem é a pessoa com deficiência. Lembrando que o respeito e a conscientização são primordiais.

Durante a atividade é sempre indicado explicar sobre a importância do conhecimento, o saber lidar com todas as pessoas e ajudá-las quando necessário.

Quadro 2 - Componente curricular: Educação Física. Tema: Siga o Mestre.

 COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO FÍSICA Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino	
Unidade Temática: Recreação, lazer e Educação Física Adaptada Objetivos: Trabalhar a atenção, noção espaço temporal, lateralidade e pequenos estímulos. Tema: Siga o Mestre	
RETOMADA DO CONTEÚDO E/OU ABERTURA DA AULA	Roda de Conversa com exposição da aula e como será feito todo o procedimento da atividade.
METODOLOGIA	Todos os alunos devem realizar as atividades solicitadas pelo professor como: <ol style="list-style-type: none"> 1. Correr em várias direções (de frente, para trás, para o lado); 2. Ginástica parada e em movimentos variados; 3. Alongamentos estáticos e dinâmicos 4. Pegar o colega de várias formas com mãos alternadas, ou com as duas; 5. Imitar animais e se portar como estátuas.
RECURSOS PEDAGÓGICOS	Apito Cronômetro
AValiação	<ul style="list-style-type: none"> • Através da participação dos alunos; • <i>Feedback</i> dos beneficiários.

Fonte: próprio autor (2023).

Figura 2: Siga o mestre



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

Essa atividade da figura 2 é ideal para o aluno com deficiência dependente ou com dificuldade de locomoção. O professor faz os movimentos antes e os comandos podem melhorar o desempenho motor, e ainda estimular e melhorar a mobilidade do aluno, ensinando-o a utilizar bem os braços e as pernas, tentar levantar, pegar água, levantar da cadeira, entre outros.

Esta atividade pode ser feita de diversas formas: em pé, sentado no chão, empurrando o colega, trabalhando a criatividade e explorando as potencialidades dos discentes. Caso o aluno tenha mais autonomia, a motivação na realização faz com que os mesmos tenham ainda mais desejo nas atividades e nas aulas, sendo que precisa utilizar o corpo como uma grande ferramenta e explorá-lo (começando com pequenos gestos, pequenas corridas, mudanças de direção). É muito importante incentivar as outras crianças a estarem com o colega.

Quadro 3 - Componente curricular: Educação Física. Tema: Estafetas.

 COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO FÍSICA Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino	
<p>Unidade Temática: Jogos adaptados, recreação e Educação Física adaptada Objetivos: Estimular o trabalho em equipe, trabalho de noção de espaço, coordenação motora grossa e equilíbrio. Tema: Estafetas</p>	
RETOMADA DO CONTEÚDO E/OU ABERTURA DA AULA	Roda de Conversa com exposição da aula e como será feito todo o procedimento da atividade
METODOLOGIA	<p>Os alunos serão separados em 3 grupos, cada um deles formará uma fila e executará o que está na frente durante 5 minutos, sempre saindo o próximo quando chegar no local marcado pelo professor. Após o tempo as equipes terão 1 minuto e 30 segundos de descanso e trocarão de fila para todos terem a oportunidade de fazer todas atividades de forma igual.</p> <p>Estafeta 1: Em filas ao sinal do Professor passar a bola por cima da cabeça, para o de trás, chegou no ultimo levanta, corre e vai pro final da fila e continua;</p> <p>Estafeta 2: Sair em Zigue Zague entre os cones e após arremessar pro gol, sempre revezando mão direita e mão esquerda</p> <p>Estafeta 3: Correr em linha reta com o arco na mão, e ao chegar no local determinado tentar acertar o alvo com o arco (colocar o mesmo no cone jogando, apenas 1 tentativa).</p>
RECURSOS PEDAGÓGICOS	<p>Estafeta 1: 01 Bola de Voleibol Estafeta 2: 03 Bolas de iniciação e 06 cones médios Estafeta 3: 03 Arcos e 01 cone grande</p>
AValiação	<ul style="list-style-type: none"> • Através da participação dos alunos; • <i>Feedback</i> dos beneficiários.

Fonte: próprio autor (2023).

Figura 3 - Estafetas



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

A atividade da figura 3 é uma das mais indicadas quando se fala de inclusão, já que o objetivo é todos fazerem de forma igualitária. A fila é vencedora pelo acerto e não pelo erro, e auxiliam uns aos outros na execução. Nesse caso, é importante ter cuidado para não despertar nos colegas o sentimento de pena pela pessoa com deficiência, mas sim respeito e entusiasmo. Durante a atividade, é possível pensar em variações e desafios, de acordo com o interesse e envolvimento da turma. É possível, por exemplo, colocar todos sentados no chão ou em cadeiras, incluindo aqueles que utilizam cadeira de rodas, sejam eles dependentes ou independentes. A verdadeira competição é a superação dos limites de cada um, estimulando sempre a melhora do desempenho.

Quadro 4 - Componente curricular: Educação Física. Tema: Queimada Gigante.

 COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO FÍSICA	
Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino	
Unidade Temática: Educação Física Adaptada, Jogos pré-desportivo, Lazer e recreação Objetivos: Socialização, inclusão, coordenação motora geral, noção espacial Tema: Queimada Gigante	
RETOMADA DO CONTEÚDO E/OU ABERTURA DA AULA	Roda de Conversa com exposição da aula e como será feito todo o procedimento da atividade
METODOLOGIA	Escolher 03 ou 4 alunos para serem os pegadores, o restante terá que fugir pela quadra, todos os locais podem. Ao sinal do professor, os alunos com bola irão queimar os colegas com a bola (encostando ou jogando), e quem for pego sai da atividade, finaliza após todos serem queimados. Após todos serem pegos, serão escolhidos outros alunos para que todos tenham direito a fazerem as mesmas atividades durante a aula.
RECURSOS PEDAGÓGICOS	03 ou 04 Bolas de Iniciação Esportiva de borracha (a quantidade depende do número de alunos na aula).
AValiação	<ul style="list-style-type: none"> • Através da participação dos alunos; • <i>Feedback</i> dos alunos.

Fonte: próprio autor (2023).

Figura 4 - Queimada Gigante



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

A atividade da figura 4 consiste em dar a oportunidade aos alunos de se autoconhecerem e se motivarem, pois todos terão a oportunidade de correr e serem pegadores. Para os alunos com e sem deficiência, trabalha-se a parte de socialização e respeito ao colega, levando em consideração o espaço e o cuidado em não machucar, mesmo se locomovendo para queimar ou escapar. Isso também faz com que os alunos, principalmente com deficiência, trabalhem a autonomia, o que interferirá em suas vidas fora da escola. Ao aprender a lidar com a cadeira como extensão do próprio corpo, saberão a hora de acelerar ou reduzir.

Essa atividade gera momentos intensos, pois cada escapada ou queima do colega significa uma vitória ou mostra a necessidade de valorizar cada momento e não desistir nos obstáculos. Quando há um aluno com deficiência que ainda não é independente, os colegas de sala podem ajudar em alguns momentos, como pegar a bola para ele ou dar alguns pequenos empurrões na cadeira. Com a continuidade e estímulo dos colegas e professores, esses alunos ficarão cada dia mais independentes e motivados.

Quadro 5 - Componente curricular: Educação Física. Tema: Circuito Motor.

 COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO FÍSICA Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino	
<p>Unidade Temática: Educação Física Adaptada, Recreação, lazer e Psicomotricidade</p> <p>Objetivos: Desenvolver e estimular a coordenação motora grossa, lateralidade e trabalhar o respeito e a socialização através da inclusão.</p> <p>Tema: Circuito Motor</p>	
RETOMADA DO CONTEÚDO E/OU ABERTURA DA AULA	Roda de Conversa com exposição da aula e como será feito todo o procedimento da atividade.
METODOLOGIA	<p>Todos os circuitos acontecerão de forma simultânea, após o final de 07 minutos, os alunos irão descansar 01 minutos e 30 segundos e trocarão de circuito para que todos façam as mesmas atividades e em tempos iguais</p> <p>Circuito 1: Em fila sair em zigue zague andando entre os cones segurando uma raquete com o equilíbrio de uma bolinha após finalizar volta para o final da fila, sendo que o próximo da fila sai quando o mesmo estiver fazendo o caminho de volta.</p> <p>Circuito 2: Em Fila, correr entre os cones para frente e para trás, olhando para um lado num bloco e para o outro no outro bloco, e por fim, saltar o bastão no final. Sai da brincadeira o próximo quando saltar o bastão (o aluno cadeirante passa do lado e passando o braço por cima, ora direito ora esquerdo).</p> <p>Circuito 3: Correr e tocar o cone com a mão direita, depois esquerda e por fim passar correndo debaixo da corda.</p>
RECURSOS PEDAGÓGICOS	<p>Circuito 1: 05 Cones pequenos, 01 Cone Grande, 02 Raquetes e 02 Bolinhas pequenas;</p> <p>Circuito 2: 10 Cones pequenos, 02 cones grandes e um Bastão;</p> <p>Circuito 3: 05 Cones pequenos, 02 Cones grandes e uma corda.</p>
AValiação	<ul style="list-style-type: none"> ● Através da participação dos alunos; ● Feedback dos beneficiários.

Fonte: próprio autor (2023).

Figura 5 - Circuito Motor



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

A figura 5 contém o registro de uma atividade que requer o máximo de atenção, sendo várias atividades em uma só, com lateralidade, corrida em ziguezague, acerto de alvos, entre outras. Alguns alunos podem sentir que o colega com deficiência está atrapalhando a aula ou atrasando, nesse caso o professor deve zelar para que todos entendam que cada um possui o seu tempo e desempenho, e que ali é um espaço de aprendizado. A atividade é ideal para qualquer aluno usuário de cadeira de rodas, com ou sem dependência, porque estimula os colegas a respeitarem, cooperarem e ajudarem uns aos outros, e para os alunos com deficiência, a atividade contribui para o desenvolvimento da autonomia na vida pessoal, como tomar banho, sair da cadeira. O professor precisa ficar atento aos limites do corpo, especialmente do aluno com deficiência, durante a atividade e ao longo do tempo. Os *feedbacks* dos alunos e suas observações ajudarão na correção e melhora do trabalho.

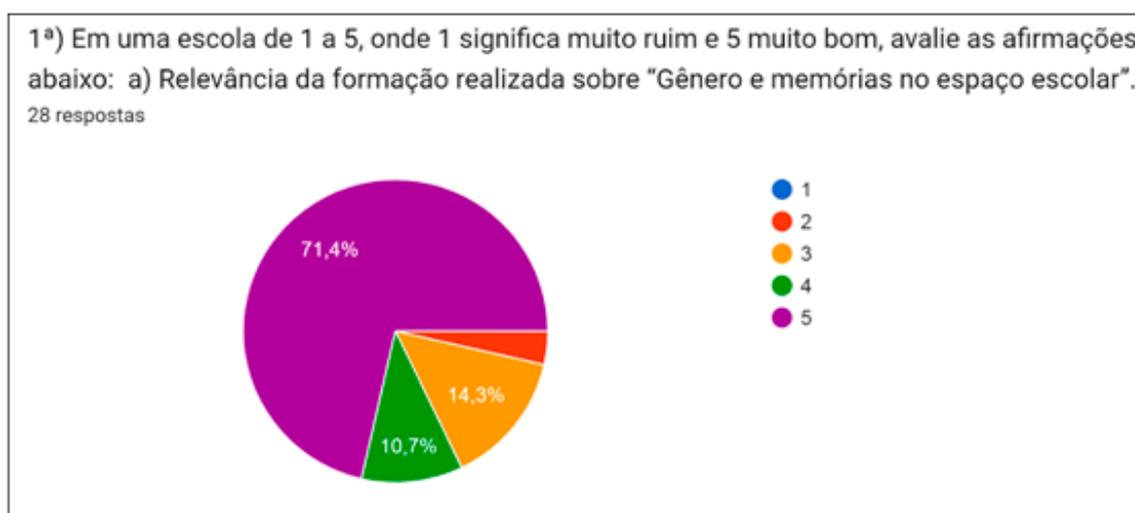
6.2 Resultado do Questionário 2

Este questionário foi aplicado após a apresentação do Canal do *Youtube* com propostas para os professores de educação física das escolas municipais de Ipatinga/MG em uma reunião on-line com esta finalidade. Foram explicados os objetivos de cada atividade e o conteúdo

curricular que estava sendo trabalhado. O canal pretende ser uma ferramenta de auxílio no trabalho dos docentes e na inclusão.

Nesse segmento, faz-se, em seguida, um momento de *feedback* para avaliação do produto (questionário a ser aplicado nos profissionais da área) para incluir alunos com deficiência física usuários de cadeira de rodas (cadeirantes) e saber a opinião dos professores sobre o Produto Técnico Tecnológico (PTT) criado. O canal apresentou propostas didáticas para uso desse material nas aulas de Educação Física, atendendo as competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Importa esclarecer que as questões com escala de 1 a 5, referem-se a: 1, como muito ruim; e 5, como muito bom.

Gráfico 14 – Relevância na formação



Fonte: próprio autor (2023).

No gráfico 14, nota-se que a formação através do canal teve uma grande aceitação dos profissionais, pois a grande maioria, 96,4%, aprovou (71,4% avaliaram com nota 5 - Muito Bom, seguido por 14,3% com nota 3 – Médio, e 10,7% com nota 4 - Bom) e em relação à relevância nas memórias do espaço escolar, apenas uma pessoa, 3,6%, não achou relevante. Sendo que, com essa questão, verificam-se duas respostas a menos, pois alguns alegaram que ainda não o terem feito no ambiente de trabalho e, por esse motivo, não conseguiriam avaliar.

Gráfico 15 – Clareza das atividades



Fonte: próprio autor (2023).

No gráfico 15, fala-se da clareza das atividades, quando todos os professores pesquisados aprovam as atividades propostas e a sua forma de execução. A opção com maior grau de resposta foi a de número 5 Muito Bom, com 83,3% (25 respostas), seguida por quem achou média a clareza com 4 votos e 13,3%, e por fim, quem achou a Clareza nota 4, Bom com 3,4%. Segundo Ferreira (2009), cada deficiência tem sua particularidade, e é bom ter entendimento para que as atividades propostas cheguem até os mesmos e atinjam o objetivo, motivando-os e os deixando satisfeitos.

Gráfico 16 – Clareza na explanação



Fonte: próprio autor (2023).

Já no gráfico 16, a clareza da explanação - ou seja, as informações sobre como tudo iria acontecer, desde uma simples conversa até o planejamento, orientação e, posteriormente, o vídeo - foram aprovadas por todos os participantes, sem exceção, com notas mínimas de Médio. Logo, 76,7% acharam a explanação Muito Boa, seguida por 16,7% que acharam Boa com nota 4, e por fim, em 2 opiniões, a resposta foi Médio, 6,7%. Nesse patamar, percebe-se que a metodologia e a didática de ensino são fundamentais, pois é através delas que se consegue atingir o objetivo. Seres humanos têm respostas diferentes aos estímulos e têm uma individualidade biológica que deve ser respeitada e conduzida da melhor forma possível.

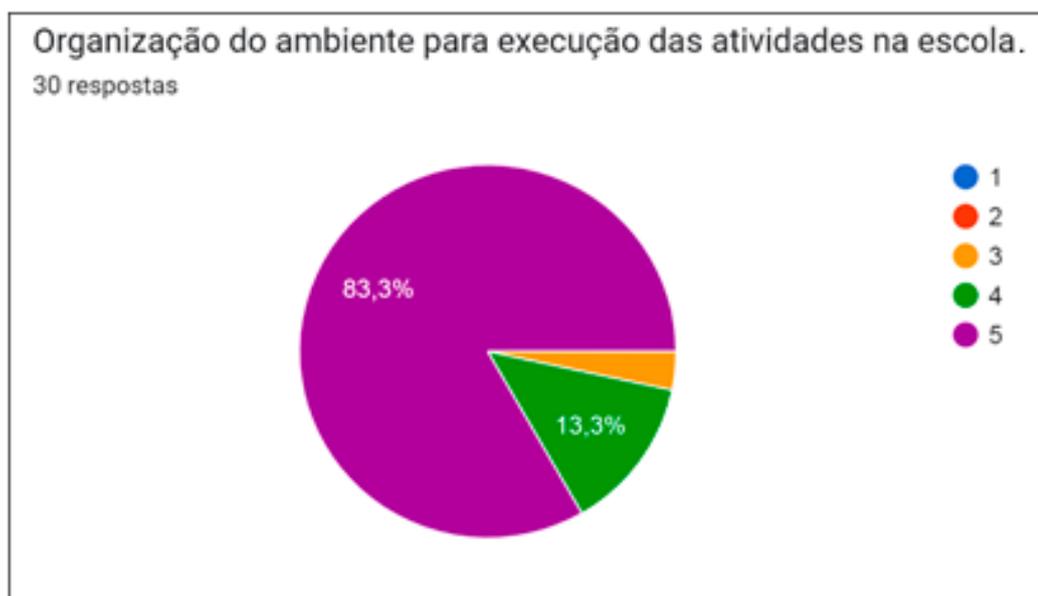
Gráfico 17 – Material didático



Fonte: próprio autor (2023).

No gráfico 17, trata da resposta com temas diversos, referente ao material utilizado no canal, aos objetivos propostos nas atividades e à forma de compreensão. Assim, 75,9% dos entrevistados deram a maior nota, 5 - Muito Bom, seguido de 17,2% (5 respostas) que escolheram a nota 4 - Bom e 6,9% (2 respostas) que escolheram a nota 3 - Médio. Segundo Ferreira (2009), para lidar com pessoas com deficiência, é necessário ter um trabalho e metodologia diferenciada, evidenciando as potencialidades, buscando a motivação e mostrando todos os benefícios tanto para eles quanto para os alunos sem deficiência.

Gráfico 18 – Organização do ambiente



Fonte: próprio autor (2023).

No gráfico (18) que se refere à organização do ambiente, que é o ponto chave onde tudo começa e a base da Educação Física Escolar Adaptada, todos concordaram que a organização é ponto chave, pois nada sem ela tem resultado positivo. Assim, 83,3% acharam a organização do Produto Tecnológico na Escola nota 5 Muito Bom. Logo após, 13,3% acharam a organização do Produto com nota 4 Boa e, por fim, 3,4% acharam a organização no ambiente escolar de forma média. Tanto que um dos pesquisados relatou que "Compartilhar essas informações sobre organização em toda escola é importante, pois assim todos participam dessa inclusão.

Diante disso, compactuando com Ferreira (2009), que estabelece que durante muito tempo, a prática educacional na qual estava a educação especial, requeria um sistema educativo paralelo, distinto e marginalizado, e que na fase atual os alunos com deficiência estão inseridos no ensino regular, pois esse apresenta uma mudança importante. Trata-se de um novo processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, através das transformações nos ambientes físicos (espaços internos, externos, equipamentos, aparelhos, utensílios e transporte), mas, acima de tudo, da mentalidade das pessoas envolvidas, que fazem cumprir as leis e diretrizes estabelecidas, sendo a escola o ponto chave dessa inclusão e valorização.

Gráfico 19 – Atividades e a realidade

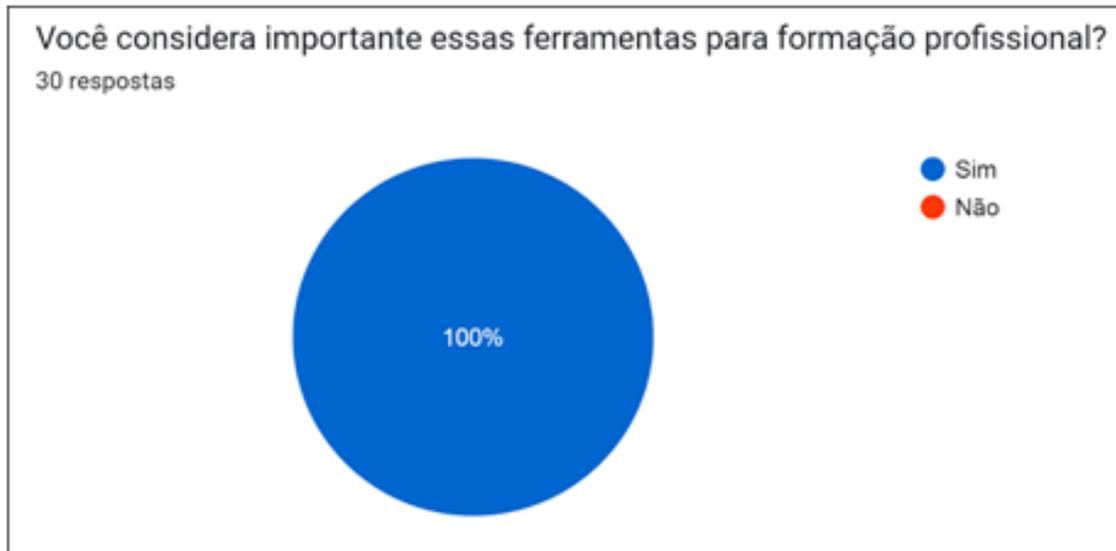


Fonte: próprio autor (2023).

No gráfico 19, apresenta o momento de todos os profissionais falarem se as atividades podem ser aplicadas em sua realidade após a apresentação de atividades feitas através do canal. Eles podem optar pela atividade que mais se encaixou em sua realidade de trabalho, tendo opções de atividades somente com o corpo - Pique Pega Legal, com pouco material como a Queimada Gigante e o Siga o Mestre, e as com mais materiais trabalhados, que foram o Circuito Motor e as Estafetas. Nota-se que todas as atividades tiveram aceitação pelos pesquisados, sendo que a que teve mais aceitação foi a Estafetas, com 33,3%, seguida pelo Circuito Motor com 26,7%, e na terceira colocação com 20% o Pique Pega Legal, na quarta colocação com 13,3% a Queimada Gigante e, por fim, a atividade Siga o Mestre com 6,7%. Todas se encaixam na Educação Física Adaptada, podendo serem realizadas pelo usuário de cadeira de rodas que é independente ou até mesmo pelos mais dependentes. É só saber adaptar e planejar de acordo com a realidade.

Por conseguinte, diversas pessoas cogitaram em ampliar para outras deficiências ou até mesmo terem momentos de formação presencial para melhorar o trabalho e compartilhar a ferramenta com todos, além de ser uma grande iniciativa. Como endossa Ferreira (2009), as atividades serão um processo que ajudará profissionais e beneficiários com autonomia, independência, rejeição zero, empoderamento, equiparação de oportunidades, inclusão social e ter vida independente.

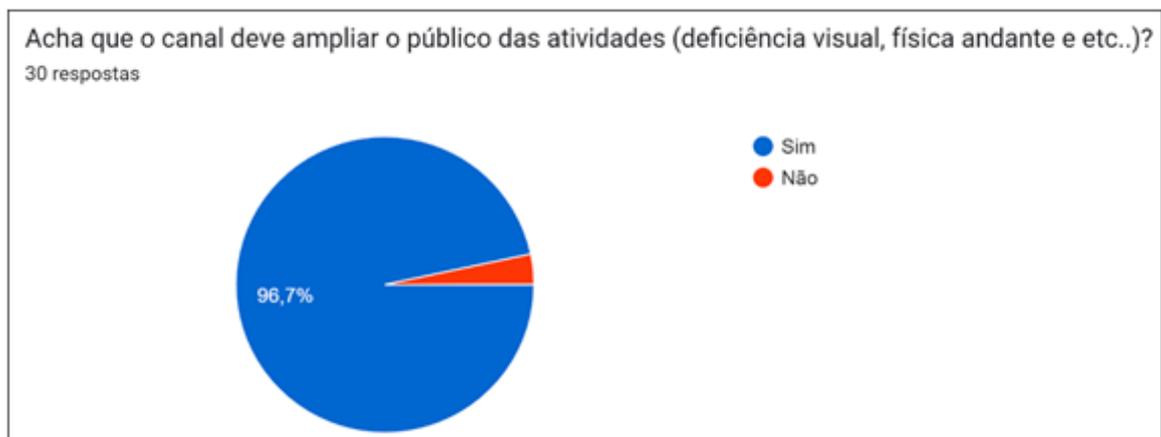
Gráfico 20 – Importância do canal



Fonte: próprio autor (2023).

No gráfico 20, 100% dos pesquisados consideraram o canal como uma ferramenta de suma importância, mostrando que todos têm interesse em desempenhar um papel profissional cada vez melhor e se preparar diariamente. Seguem alguns relatos: Pesquisado 3: "Executar troca de experiências com outros professores"; Pesquisado 4: "Continuar postando vídeos de atividades"; Pesquisado 5: "Postar mais vídeos com sugestões de atividades adaptadas".

Gráfico 21 – Ampliação do canal

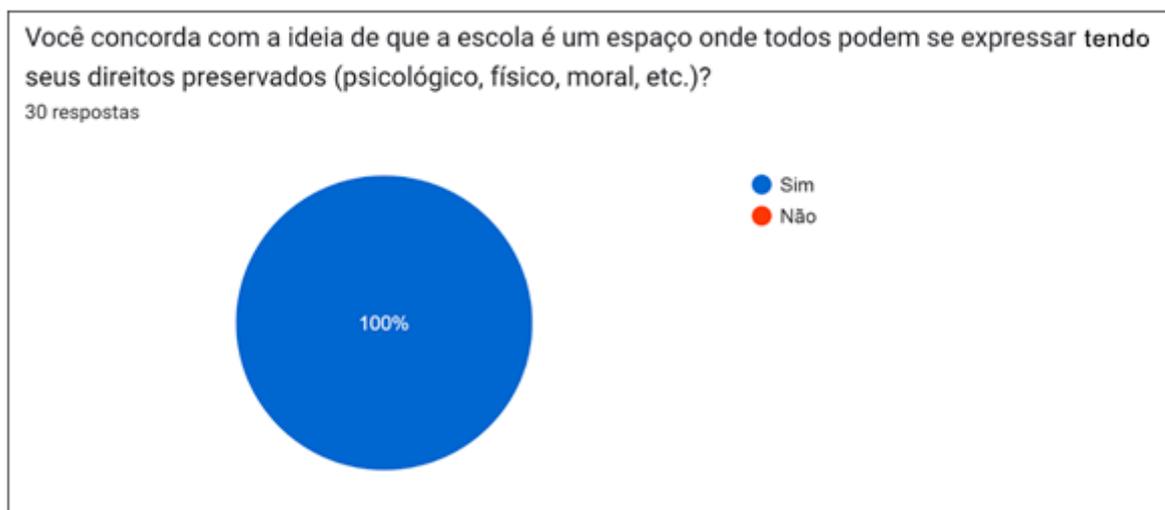


Fonte: próprio autor (2023).

No gráfico 21, sobre a ampliação do canal para outras deficiências, como visual, física, não sendo cadeirantes, mentais, etc.; 96,7% se diz favor da ampliação, por ser uma ferramenta útil na vida pessoal e profissional, e 3,3% contra a ampliação, sem justificar o motivo. O exposto vai ao encontro do que afirma Ferreira (2009), que estudar, analisar e refletir sobre as diferenças

de toda ordem significa aprender mais sobre nós mesmos e nos conhecer melhor, fazendo parte da construção da cidadania, que representa encarar a "deficiência" frente a frente, pois ainda não é encarada de maneira natural. Sendo que não deveria ser assim, já que a Constituição Federal de 1988 ampara os direitos das pessoas com deficiência.

Gráfico 22 – Escola como espaço de igualdade



Fonte: próprio autor (2023).

No gráfico 22, observa-se a escola como um espaço de igualdade, onde todos os direitos devem ser preservados (psicológico, moral, físico, etc.), todos os pesquisados concordaram, pois é lá o lugar ponto de partida para a mudança e crescimento do aluno. Com amplo respaldo jurídico, concede o direito ao acesso à educação de qualidade, sendo ela muito mais que uma simples matrícula e sim uma socialização e crescimento, ao se tratar os mesmos como se deve, exigir o crescimento e forma de aprendizado, mas respeitar o ser humano.

Para Ferreira (2009), para conceber a “escola inclusiva” é necessário continuar trilhando um longo caminho. E assim, a instituição fica mais atenta aos interesses, características, dificuldades e resistência apresentada pelos alunos no dia a dia e no decorrer do processo de aprendizagem, fazendo com que o ambiente passe a ser um espaço aberto, acolhedor, preparado e disposto a atender às peculiaridades de cada um.

Gráfico 23 – Satisfação do canal



Fonte: próprio autor (2023).

No gráfico 23, todos os pesquisados, ou seja, 100% deles, responderam que estão satisfeitos com o canal. Na primeira colocação, com 76,7%, muitos disseram estar muito satisfeitos. Na segunda colocação, com 16,7%, disseram estar satisfeitos e 6,75% tiveram uma satisfação mediana. Como sugestão, um dos docentes disse que deveriam ter mais pessoas trabalhando no canal para que o trabalho fosse o mais profissional possível. Com mais profissionais envolvidos, outras deficiências poderiam ser contempladas, ajudando os professores no planejamento das aulas. Quando o professor sabe como atuar, faz das aulas de Educação Física um espaço importante na melhoria da autonomia e autoestima dos cadeirantes. Por isso, os vídeos são de grande importância. Segundo Ferreira (2009), qualquer atitude que objetive melhorar a formação e qualificação dos profissionais que lidam com pessoas com deficiência na atividade docente no ambiente escolar é de grande valia, já que a inclusão ainda está apenas no papel e a implementação das leis está acontecendo de forma lenta e pouco efetiva. Ou seja terão Profissionais com olhares diferentes após os estudos, pois será mais bagagem para os mesmos e fazendo eles terem o cuidado do planejamento de avaliar a situação, planejar as ações e por fim fazer a avaliação dos resultados buscando melhora no trabalho, desempenho e satisfação.

7 CONCLUSÃO

A intenção de se estudar sobre a inclusão das pessoas com deficiência física, especialmente cadeirantes, nas aulas de Educação Física, é uma resposta ao que preconiza a legislação brasileira - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Estatuto da Pessoa com Deficiência e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As pessoas com deficiência (PCD) sempre existiram, muitas vezes discriminadas e marginalizadas pela sociedade em geral e, às vezes, até mesmo pela família. No passado, eram até exterminadas e, nos dias de hoje, em algumas situações, ficam escondidas ou até mesmo superprotegidas. Mesmo tendo amparos legais pela legislação Federal e Estadual, a deficiência esbarra em questões culturais sedimentadas.

Nesse sentido, o estudo teve como problema ou questão a ser investigada de pesquisa, responder a seguinte indagação: quais os fatores identificados por profissionais de educação física, que interferem no processo de inclusão de pessoas com deficiência física usuárias de cadeira de rodas? E nesse contexto, levantou-se por meio de questionários aplicados, vários fatores, como: estrutura física inadequada para a acessibilidade do discente cadeirante; formação insuficiente dos professores, já que cada aluno com deficiência traz singularidades muitas vezes desconhecidas pelos docentes; materiais pedagógicos inadequados ou insuficientes. A família também foi apontada no levantamento, visto que muitas vezes superprotege o filho, dificultando o trabalho docente, ou em outro extremo, quando não tem diagnóstico que aponta qual o grau de sua lesão.

Todos os fatores têm um peso nessas dificuldades, mas o que foi apontado pelos professores como mais importante foi a falta de acessibilidade nos locais da escola para fazer atividade física. Como a maioria das escolas foi construída em um momento em que a inclusão não era obrigatória, as reformas e adaptações, hoje em algumas situações, ficam caras e inadequadas. Tanto que 43% dos professores responderam que raramente ou às vezes os cadeirantes fazem atividade física, apontando para a gravidade do problema. A participação efetiva do discente cadeirante ainda está longe de ser um direito garantido no cotidiano, já que continua sendo efetivado só quando as condições da escola permitem.

A formação dos professores também deve ser destacada, porque apareceu como muito importante na pesquisa. Vale destacar que, entre as solicitações dos professores, está o pedido

para que o autor desta dissertação faça uma capacitação maior durante o ano de 2023 sobre a temática.

Nota-se também que os profissionais, os outros alunos e a escola ainda não estão preparados para receber esse público de imediato. Um grande fator para solucionar as dificuldades foi que os profissionais se mostraram com muita vontade aprender sempre (apesar de alguns momentos não deixarem a mesma em primeiro plano), através de formações continuadas, e de melhorias dos materiais e nos locais.

Entretanto, um dos pontos mais importantes no estudo diz respeito à existência de leis, diretrizes e todos os tipos de amparos legais, seja em se tratando de esferas federal, estadual ou municipal, posto que existem as leis federais que definem o repasse de verba e a estrutura, porém, cabe à região, no caso deste estudo, ao município aqui tratado, em saber planejar, concretizar esses projetos e ações, que se destinem a atender os objetivos, e que os mesmos preconizem a obrigatoriedade de matrícula, de acessibilidade física e pessoal preparado. Ainda assim, o índice das pessoas no espaço escolar é pequeno e as que frequentam ainda enfrentam dificuldades com a questão de não terem o local que as atenda da forma que é peculiar e respeitosa. Para tanto, espera-se que medidas sejam tomadas, já que o espaço pode se tornar um lugar que afugentará ainda mais as pessoas com deficiência.

Diante do exposto, com o estudo, verifica-se que todas as hipóteses levantadas foram confirmadas pelos pesquisados e que se a inclusão não for feita de acordo com o que prevê a legislação, dentro dos padrões e com consciência e respeito, tudo se tornará espaço de exclusão e em verdade nesse contexto do presente, não houve um fator muito determinante, mas sim a soma de tudo que faz com que a inclusão ainda seja algo difícil no meio escolar.

Em relação ao Produto Técnico Tecnológico, um canal de *YouTube* produzido após o questionário aplicado, com atividades de Educação Física para incluir, trata-se de uma ferramenta para o auxílio do trabalho do professor, para buscar formas de inclusão com material pedagógico simples, disponíveis na maioria das instituições de ensino, e o produto foi visto com bons olhos pelos profissionais, pois capacitação e formação continuada é algo desejado pela grande maioria dos profissionais de educação física em todos os momentos da vida profissional, independentemente do tempo de docência. A sugestão foi que o canal, num futuro próximo, seja ampliado, atendendo a professores com atividades para alunos com outras deficiências, tais como a visual, mental, a múltipla, fazendo parte da formação continuada dos docentes, complementando a formação recebida na graduação.

A pessoa com deficiência física, usuária de cadeira de rodas, tem várias particularidades, seja ela amputada, paraplégica parcial ou total, com sequelas de poliomielite, mielomeningocele, paralisia cerebral e dentre outras, no entanto, possuem várias potencialidades e possibilidades, e isso só será evidenciado com trabalho árduo de todos, sem exceção, partindo dos profissionais capacitados, que respeitam a individualidade e as limitações.

E dessa forma, por ser um tema com muita relevância, pois lida com vidas a serem respeitadas, ainda se verifica falta de material para pesquisa, sugerindo-se então, a elaboração de mais estudos em todos os âmbitos da área da Educação Física, pois assim, serão criadas mais ferramentas para que realmente a inclusão saia do papel e que as leis aconteçam efetivamente nas escolas ou em qualquer outro ambiente onde se busque um só objetivo: incluir para o bem viver.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Francisco Tiago Alves et al. Formação dos acadêmicos de educação física para atuação com pessoas com deficiência: um estudo focado em universidades federais. **Rev. Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adapt.**, Marília, v.22, n.2, p. 237-252, jul./dez., 2021

AIME, Marcelo Ribeiro; SENA, Jackson Antônio da Silva de; AWAD, Hani Zehdi Amine. Portadores de deficiência física nas aulas de Educação Física. **12º Encontro Científico Cultural Institucional**, out. 2014. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/ecci/anais/5595337bdd9e4.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

ALBUQUERQUE, D. I. P. **O processo de formação permanente em serviço e em exercício de formadores para a docência virtual**. 2014. 247 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

ALBUQUERQUE, D. I. P.; DEL-MASSO, M. C. S.; FUJIHARA, A. C. L. **Paradigma para atuação de professores de educação física em contexto escolar inclusivo**. In: MARTINS, R. L. D. R. *Desafios contemporâneos para Educação Física Brasileira*. Curitiba, PR: CRV, 2020. p. 63-80.

ALVES, M. L. T DUARTE, E. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de educação Física escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Física do Esporte**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 329-338, abr./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-55092014000200329>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/kfHVzTG6zBh8jRF9Xz48KPL/?format=pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

BIANCHETTI, L. et al. **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas: Papyrus, 1998.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição**: texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 26 nov. 2021.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **A Convenção sobre Direitos das**. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **A Convenção sobre Direitos das** Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional, Lei nº 9394**, 1996.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **A Convenção sobre Direitos das**. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9/2001** - Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. DF, 2001b.

_____. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física**. Brasília: MEC, 2004.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **A Convenção sobre Direitos das**, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, Deficiência Física**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008a. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**, Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008b.

Disponível em;

http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalTvJustica/portalTvJusticaNoticia/anexo/Convencao_o_Comentada.pdf, Acesso em: 28 jun. 2021.

_____. Senado Federal. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília: Senado Federal, 2015. 65 p.

_____. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. **Diário Oficial da União**, Brasília, dez. 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

_____. Ministério Público. **Inclusão e acessibilidade: nova geração do SAJ MP é totalmente acessível para PcDs**. 2021. Disponível em:

<https://www.sajdigital.com/ministerio-publico/inclusao-e-acessibilidade-no-saj-mp-ministerios-publicos/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

CARDIA, Gabriel Fernando Esteves ; PEREIRA, Pedro Henrique Miani; CUMAN, Roberto Kenji Nakamura. O basquetebol em cadeira de rodas e sua possibilidade quanto à inserção social: uma revisão integrativa. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Año 20, n. 210, nov. 2015. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd210/o-basquetebol-em-cadeira-de-rodas.htm>. Acesso em: 15 out. 2022.

CARDOSO, V. D.; PALMA, L. E.; ZANELLA, Â. K. A motivação de pessoas com deficiência para a prática do esporte adaptado. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 15 – n. 146, jul. 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd146/a-motivacao-para-esporte-adaptado.htm>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CHICON, J. F. **Jogo, mediação pedagógica e inclusão**. 2. ed. Várzea Paulista/SP: Fontoura, 2013.

CIDADE, R. E. A; FREITAS, P.S. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista Integração**, Brasília, v. 14, p. 26-30, 2002(Edição Especial).

CORREIA, E. S. et al.. Corpo deficiente e cadeira de rodas: potencialização e corporização. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires - Ano 18 - Nº 180, 2013. Disponível em: <https://efdeportes.com/efd180/corpo-deficiente-e-cadeira-de-rodas.htm>. Acesso em: 23 set. 2022.

COSTA, P. B. **A inclusão da pessoa com deficiência em cadeiras de rodas na educação física escolar**. 2017. 38f. Projeto de Pesquisa (Graduação em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22834/1/2017_PoliedsonBezerradaCosta_tcc.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2021

CRUZ, G. C. **Formação Continuada de Professores de Educação Física em ambiente escolar inclusivo**. 2005. 229 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2005.

DUARTE, E.; WERNER, T. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências. In: **Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância**. Rio de Janeiro: UGF, 1995

DUTRA, R. S.; SILVA, S. S. M.; ROCHA, R. C. S. A educação inclusiva como projeto da escola: O lugar da educação física. **Revista Adapta**, Ano II, nº 1, p. 7-12, 2006.

FERREIRA, Eliana Lucia. **Esportes e Atividades Físicas Inclusivas**. Juiz de Fora, v. 2, editora e Consultoria Ltda, 2009.

FERREIRA, Windyz B., Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos???. **Revista Inclusão**, Ano I, nº01, p. 40-46, outubro de 2006.

FERREIRA, J. R. **A educação especial na LDB**. Comunicação apresentada na XVII Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 1994.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Inclusão de Alunos com Deficiência na Aula de Educação Física: Identificando Dificuldades, Ações e Conteúdos para Prover a Formação do Professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 3, p. 387-404, jul./ set., 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000300006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/ND8hHt9gKnHDTZwMdyns3JG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 maio 2023.

FRAGNAN, Ricardo. VIANA, Helena Brandão. Acessibilidade em locais públicos e privados para pessoas com limitações funcionais: um estudo sobre as dificuldades do tetraplégico. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires - Ano 14 - Nº 139 - dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd139/acessibilidade-em-locais-publicos-e-privados.htm>. Acesso em: 15 out. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

- FREITAS, P. **Iniciação Ao Basquetebol Sobre Rodas**. Uberlândia: Breda, 1997.
- GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. **Atividade Física Adaptada**. São Paulo, Manole, 2005
- IMBERNÓN, F. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo, Cortez, 2000.
- _____. Novos desafios da docência no século XXI: a necessidade de uma nova formação docente. In: GATTI, Bernadete Angelina *et al.* **Por uma revolução no campo da formação de professores**. São Paulo: Editora Unesp, 2015 cap. 3 p. 75-82.
- KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica** : teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.
- LAGO, T. M.;AMORIM, A. A. O basquete em cadeiras de rodas com papel de inclusão e integração dos portadores de deficiência. Animador Sociocultural: **Revista Ibero-americana**, v.2, n.2, maio 2008.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo : Atlas 2003.
- LE BRETON, D. **Antropologia do corpo e modernidade**. Tradução de Fábio dos Santos Creder Lopes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- LOSS, Suzana Nemecek. Educação Física e inclusão: algumas reflexões sobre a LDBN. **EFDeportes.com, Revista Digital**, Buenos Aires, Año 16, n. 160, set. 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/> Acesso em: 15 out. 2022.
- MANTOAN, M. T. É. **A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**. 2011. Disponível em: <http://www.sinprodf. Org.br/wp-content/uploads/2012/01/mantona.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2022.
- MANZATO, Antônio José; SANTOS, Adriana Barbosa . A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. 2012.
http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf Acesso em: 15 out. 2022.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MELO, Thaís Aguiar Ferreira de; FREITAS, Alessandro de Educação Física Adaptada, uma prática de possibilidades no contexto escolar. **Revista Digital**, Buenos Aires, Año 14, n. 136, set. 2009. Disponível em: <https://efdeportes.com/efd136/educacao-fisica-adaptada-no-contexto-escolar.htm>.
- MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais**. 2018.

MUNSTER, M. de A. Inclusão de estudantes com deficiências em programas de educação Física: adaptações curriculares e metodológicas. **Revista Sobama**, Marília, v. 14, n 2, p. 27-34, jul./dez. 2013.

NACIF, Marcella Fernandes Paticcié et al. Educação Física Escolar: Percepções do Aluno com Deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 1, p. 111-124, jan./mar., 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/p8WNnqZ6Bny99n3pBM89dry/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

OLIVEIRA, Ivone Martins de et al. A inclusão escolar na formação inicial de professores. **Pesquisa em Ensino**, n. 3, p. 11-36, abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/505869/declaracao.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

PERRENOUD, P. Formar professores em contextos sociais em mudança: prática reflexiva e participação crítica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 12, p. 5-21, set/dez, 1999.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão Formação inicial de professores e a escrita reflexiva**. Porto Alegre: Artmed, 2002

PIRES, Vasco Filipe Moreira. **Educação física inclusiva e suas implicações na escola: pontos e contrapontos no olhar para a deficiência**. Rio Claro: UNESP, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/204640/pires_vfm_me_rcla.pdf?sequence=5&isAllowed=y Acesso em: 01 mar. 2023.

PISTINIZI, B. F. O Direito à educação nas constituições brasileiras. **Revista de Direito Educacional**, São Paulo, v. 2. ed, p. 63-93, jul-dez, 2010.

RAZABONI JR, R. B.; LEÃO JR, T. M. A.; SANCHES, R. C. F. A educação inclusiva para pessoas com deficiência e o papel da UNESCO. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, n. 38, p. 140-153, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/77562/49610> . Acesso em: 14 maio 2021.

RICHARTZ, T. O discurso da deficiência como “subjetividade da ausência”. In: AZEVEDO, Marco Antônio et al (Org.). **Ética, política, religião**. São Paulo : ANPOF, 2017. p. 109-120. (Coleção XVII Encontro ANPOF). ISBN 978-85-88072-47-3. Disponível em: <http://www.anpof.org/portal/images/eticapoliticaereligiao2-5-2018.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

RIBEIRO, S. M; ARAÚJO, P. A formação acadêmica refletindo na expansão do desporto adaptado: uma abordagem brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n.3, p. 57 – 70, maio, 2004.

ROCHA, C. C. M. **A motivação de adolescentes do ensino fundamental para a prática da educação física escolar**. Tese (doutorado) -Universidade Técnica de Lisboa, 2009

RODRIGUES, D. A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **da Educação Física da UEM**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 67-73, 2003.

Disponível em:

<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/EFInclusaoDavidRodrigues.pdf>.

Acesso em: set. 2021.

SALVADOR, B. S. A inclusão escolar nas aulas de Educação Física:

dificuldades dos professores. **EFDeportes.com, Revista Digital** Buenos Aires, Año 19, n. 202, mar. 2015.

SASSAKI, R. K. Inclusão. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA 1997.

_____. Inclusão: O paradigma do século 21. **Revista Inclusão**, n. 1, p. 19-23, out. 2005.

SANTOS, L. P. S. et al. Inclusão de alunos públicos com deficiência nas aulas de Educação Física na cidade de Catalão-GO. **Revista Educação à Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e Interculturais**, São Cristóvão, v. 19, n. 3, p. 95-108, set./dez. 2019.

Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/edapeci/article/view/12217/pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SEABRA JUNIOR, L. **Educação física e inclusão educacional: entender para entender**.

2012. 220 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SILVA, C. E. B.; FARAH, B. Q. **A importância da prática esportiva na qualidade de vida de cadeirantes: uma revisão narrativa**. 2017, Disponível em:

<<http://repositorio.asc.es.edu.br/bitstream/123456789/1059/1/A%20IMPORTANCIA%20DA%20PR%20C3%81TICA%20ESPORTIVA%20NA%20QUALIDADE%20DE%20VIDA%20DE%20CADEIRANTES.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2021.

SILVA, O. M. **A época ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Caderno Cedes, 1986.

SOUSA M. A. A; FARIA, W. M. **A inclusão de um cadeirante durante as aulas práticas de educação física numa escola municipal de Ipatinga / MG: relato de caso**. 2015. Disponível em:

<https://efdeportes.com/efd201/a-inclusao-de-uma-cadeirante-durante-educacao-fisica.htm>. Acesso em: 03 jul. 2021.

STRAPASSON, Aline Miranda. CARNIEL, Franciele. **A Educação Física na Educação especial**. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires - Ano 11 - N° 104 – Janeiro de 2007. Disponível em:

<http://www.efdeportes.com/efd104/educacao-fisica-especial.htm>
Acesso em: 15 out. 2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1998a. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1998b. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

VALE, R. L. O.. **Basquetebol em cadeira de rodas:** um olhar sobre acessibilidade. Cuiabá: CETEC,2009.

WINNICK, J. P.. **Educação Física e esportes adaptados.** 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2004.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário antes aplicação do PTT.

1ª) Qual é a sua idade? *Resp.:* _____

2ª) Qual é o seu gênero?

Masculino Feminino

outro / Qual?: _____

3ª) Qual é o seu nível de formação acadêmica?

Graduação completa. Mestrado

Especialização lato senso Doutorado

4ª) Há quantos anos você ministra aulas?

menos de 01 ano.

entre 01 e 05 anos.

entre 06 e 10 anos.

entre 11 e 15 anos.

acima de 16 anos.

5ª) Você gosta de atuar na profissão?

Sim Não

6ª) Atualmente como você classifica a inclusão da pessoa com deficiência física usuária de cadeira de rodas (cadeirantes) nas aulas de Educação Física:

Fácil.

Razoável.

Difícil.

Muito Difícil.

Impossível de ser realizada.

7ª) Na sua opinião, atualmente qual fator dificulta mais a inclusão escolar da pessoa com deficiência Física Usuária de Cadeira de rodas nas aulas de Educação Física?

- Estrutura Física (acessibilidade)
- Recursos pedagógicos (Materiais disponíveis);
- Família do aluno (Falta de Diagnostico, superproteção);
- Formação profissional.
- Outros fatores. Enumere.

Justifique sua resposta.

8ª) Seus alunos com deficiência física (cadeirantes) fazem aula de Educação Física com qual frequência?

- Raramente.
- Às vezes.
- Muitas vezes
- Sempre.

9ª) O que será uma ferramenta de grande importância para inclusão desses alunos nas aulas de Educação Física (pode escolher mais de uma alternativa).

- Conscientização dos alunos com e sem deficiência.
- Melhora das estruturas físicas da Escola (acessibilidade).
- Chegada de material pedagógico para o trabalho.
- Reunião com os pais de uma modo geral para tratar o tema.
- Formação continuada teórica e pratica dos profissionais.

10ª) Atualmente as escolas estão preparadas para receber esse público?

- Sempre
- Maioria das vezes
- Às vezes
- Dificilmente
- Nunca

11ª) Atualmente os Profissionais estão preparados para lidar e incluir esse público?

- Sempre
- Maioria das vezes
- Às vezes
- Dificilmente
- Nunca

APÊNDICE B – Questionário aplicado depois da apresentação do PTT.

1ª) Em uma escola de 1 a 5, onde 1 significa muito ruim e 5 muito bom, avalie as afirmações abaixo

a) Relevância da formação (atividades do canal) no espaço escolar”.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

b) Clareza na orientação e execução das dinâmicas (atividades propostas).

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

c) Clareza na explanação do conteúdo proposto.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

d) Material didático organizado, objetivos e de fácil compreensão.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

e) Organização do ambiente para execução das atividades na escola

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

2ª) O canal apresentou 5 atividades, qual delas mais encaixou na sua realidade.

() 1º encontro – Queimada gigante

() 2º encontro – Circuito motor

() 3º encontro – Pique pega legal

() 4º encontro – Funcional da Alegria.

() 5º encontro – Estafetas

3ª) Você considera importante essas ferramentas para formação profissional?

() Sim

() Não

4ª) Acha que o canal deve ampliar o público das atividades (deficiência visual, física andante e etc..)?

() Sim

() Não.

5ª) Você concorda com a ideia de que a escola é um espaço onde todos podem se expressar e ter seus direitos preservados (psicológico, físico, moral, etc.)?

() Sim

() Não

() Às vezes

6ª) Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa muito ruim e 5 muito bom, qual o seu nível de satisfação em relação ao canal apresentado?

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

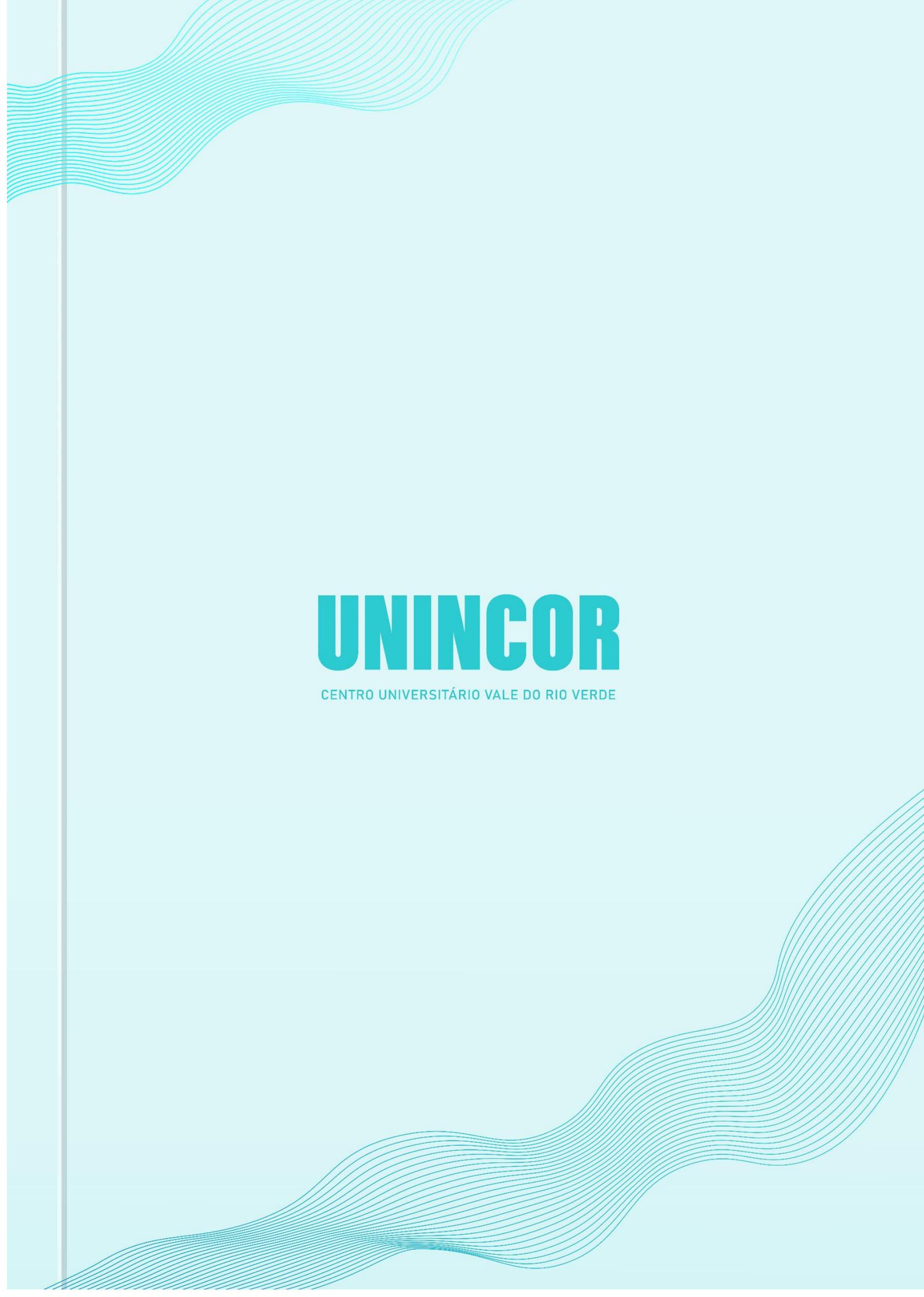
7ª) Sugestões

.....

.....

.....

.....



UNINCOR

CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO RIO VERDE